



ELEJOR- CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório da Administração

2009

Balanço Financeiro, Social e Ambiental

SUMÁRIO

1.	MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2.	PACTO GLOBAL	5
3.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	12
4.	A EMPRESA.....	14
5.	COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	16
6.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	18
7.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
8.	PARECER DO CONSELHO FISCAL	49
9.	ANEXO - LIVRO MEMÓRIA “UMA NOVA ENERGIA” - COMPLEXO ENERGÉTICO FUNDÃO SANTA CLARA.	51

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

COMPROMISSO:

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A. é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

A Concessão de Uso do Bem Público para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 – ANEEL – celebrado em 25 de outubro de 2001.

As autorizações para a Exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções ANEEL nº. 757 e 753 de 18 de dezembro de 2002, respectivamente.

Em 19 de fevereiro de 2008, a ELEJOR aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, direitos laborais, meio ambiente e anticorrupção e desde então assumiu o compromisso de através de seu trabalho, dos seus negócios e de suas ações de responsabilidade social e ambiental a inserir na companhia os princípios universais promovidos pela ONU e também contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apoiando publicamente a responsabilidade e transparência.

Para o ano de 2009, destacamos, entre outras conquistas e realizações, a primeira verificação do Projeto de Crédito de Carbono, feita em junho/2009 pela empresa britânica SGS United Kingdom. Como representante oficial da ONU a SGS conformou 266.000 tCO₂ de Certified Emission Reduction – CER e 385.070 tCO₂ de Voluntary Carbon Unit – VCU. Este último com títulos já emitidos pela entidade voluntária, a VCS – Voluntary Carbon Standard, e prontos para serem negociados no mercado mundial.

Obtivemos a renovação das Licenças de Operação da Usina Santa Clara e da PCH Santa Clara I.

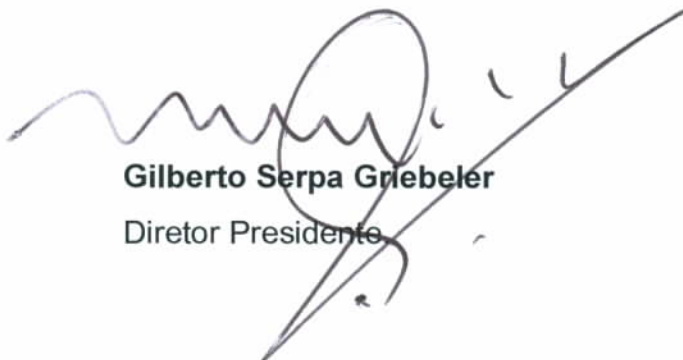
Em junho de 2009, tivemos a aprovação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, ciclo 2007/2008, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme Despacho ANEEL 2393/2009.

No âmbito de nossa responsabilidade social e cultural, entre outras atividades, no ano de 2009, através de incentivos fiscais, como o da Lei Rouanet (Lei Federal 8.313) foi feita a doação de R\$ 239.900,00, para projetos de caráter cultural e artístico e R\$ 61.119,31, para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Hospital Pequeno Príncipe – Curitiba - PR), totalizando o valor de R\$ 301.019,30 em doações.

Em nome dos Acionistas, do Conselho de Administração, da Diretoria e dos colaboradores da ELEJOR apresentamos ao público nossa Comunicação de Progresso, onde reafirmamos nosso compromisso de continuar participando desta iniciativa, do qual a companhia é signatária desde 2008, através de um resumo dos compromissos, ações e resultados para os princípios aos quais iniciamos os trabalhos de adequação em nossa empresa, sempre com o firme objetivo de alcançar, dentro dos próximos anos, a implantação e resultados para os dez princípios.

Agradecemos a oportunidade de participar desta rede mundial e convido a leitura deste documento que exhibe detalhadamente o desempenho da Companhia em 2009.

Curitiba, 20 de setembro de 2010.



Gilberto Serpa Griebeler
Diretor Presidente

2. PACTO GLOBAL

Os programas, ações e políticas socioambientais desenvolvidos pela Companhia estão detalhadas a seguir, através do resumo de práticas e sua correlação com os princípios do Pacto Global.

Os dez princípios do Pacto Global são:

Princípios dos direitos humanos	1	Respeitar e proteger os direitos humanos
	2	Impedir violações de direitos humanos;
Princípios de Direitos de Trabalho	3	Apoiar a liberdade de associação no trabalho
	4	Abolir o trabalho forçado
	5	Abolir o trabalho infantil
	6	Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho
Princípios de Proteção Ambiental	7	Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
	8	Promover a responsabilidade ambiental
	9	Encorajar tecnologias que não agredam o meio-ambiente
Princípio Anticorrupção	10	Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

2.1 INCORPORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

2.1.1 – Princípios de Direitos do Trabalho (Princípios 3, 4, 5 e 6):

As primeiras ações da ELEJOR quanto aos princípios de Direito de Trabalho é a inclusão da “CLÁUSULA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL” em todos os contratos firmados pela empresa.

A Cláusula é composta dos seguintes itens:

- *“Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como a implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;*

- *Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*
- *Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;*
- *Proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.*

§ Único: A **ELEJOR** poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas à **CONTRATADA** nesta cláusula, sendo-lhe permitida visitas a quaisquer estabelecimentos desta”.

A inclusão desta cláusula permite a ELEJOR vetar a liberação de recursos caso a empresa contratada use trabalho escravo, infantil, ou fira direitos humanos como os de igualdade de tratamento entre pessoas de gêneros, cor e religiões diferentes, além de permitir tomar as medidas judiciais cabíveis quando necessário, colaborando desta forma com a democracia e humanização no mercado de trabalho.

2.1.2 – Princípios de Proteção Ambiental (Princípios 7,8 e 9):

A ELEJOR teve como condicionantes à construção das Usinas Hidrelétricas Fundão e Santa Clara, a execução de 33 Programas Ambientais, o que já remete aos Princípios de Proteção Ambiental do Pacto Global, em especial ao sétimo princípio que trata do apoio a uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

Os estudos realizados visando a implementação dos empreendimentos das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão, formando o Complexo Energético Fundão – Santa Clara, demonstraram a viabilidade ambiental dos dois empreendimentos.

O Projeto Básico Ambiental sistematizou esses estudos, tendo como produto 17 Programas Ambientais para a Usina Hidrelétrica Santa Clara e 16 para Usina Hidrelétrica Fundão. Esses programas visam prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos a serem causados pela construção das Usinas, bem como potencializar e otimizar os impactos considerados positivos.

Os Programas Ambientais da ELEJOR encontram-se relacionados e detalhados no Livro Memória do Complexo Energético Fundão Santa Clara “UMA NOVA ENERGIA” incluso neste relatório, para amplo conhecimento de todos.

As ações da ELEJOR foram organizadas e compostas por uma equipe técnica onde as tarefas foram divididas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, constituindo seu Programa de Gestão Ambiental.

O Programa de Gestão Ambiental que é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR é o conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa, desde a fase de implantação do empreendimento até a atualidade.

Entende-se como Política Ambiental a declaração de uma organização de suas intenções e princípios em relação à sua performance ambiental global, que possibilita uma estrutura para ação e para a consecução de seus objetivos e metas ambientais (ISO/TC 207/SC 1).

A Política Ambiental de uma empresa, para ser efetiva, deve necessariamente ter as seguintes características:

- ⇒ Expressar um conjunto de Princípios adequados aos objetivos sociais da empresa e à natureza, escala e impactos ambientais de suas atividades;
- ⇒ Ter sido discutida e aperfeiçoada com a participação de todos os escalões da empresa, assegurando o comprometimento da maioria na sua efetivação;
- ⇒ Ser divulgada de forma ampla nos ambientes interno e externo à empresa, como compromisso a ser assumido e honrado por todos.

A ELEJOR, a fim de apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais, promover a responsabilidade ambiental e encorajar tecnologias que não agredam o meio ambiente (Princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global) como produto dessa discussão, chegou à seguinte Política:

“Comprometemo-nos, no cumprimento de nossa Missão de “construir e explorar, mediante concessão de uso de bem público, o Complexo Energético Fundão Santa Clara, e fornecer com qualidade e custos compatíveis, 240 MWh para o sistema elétrico nacional respeitando o meio ambiente e considerando as expectativas de rentabilidade dos seus acionistas”, os seguintes princípios:

1. *Assumir um compromisso irredutível com os mais elevados valores morais e éticos no trato de nossos negócios, respeitando a Legislação Ambiental e estabelecendo uma relação de confiança com os órgãos de controle ambiental.*
2. *Participar efetivamente da **Agenda 21**, documento este que foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais local e estadual,*

assumindo-as como fórum de discussão e construção de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável, nas suas mais variadas dimensões.

3. *Respeitar as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais da região onde se insere nosso empreendimento, realizando o máximo esforço para minimizar os impactos negativos e proporcionar ganhos justos a todos os segmentos da sociedade envolvidos.*

4. *Realizar a capacitação contínua de nosso pessoal na área ambiental, habilitando-o a compreender a inserção de nossos empreendimentos na realidade sócio ambiental atual e a tomar decisões embasadas em verdades científicas.*

5. *Priorizar modelos construtivos pautados em processos ambientalmente limpos e equilibrados, de forma a não desperdiçar matérias primas naturais e diminuir ao máximo os resíduos de qualquer natureza.*

6. *Implantar, manter e aperfeiçoar mecanismos internos de controle e gestão ambiental, de forma a monitorar nosso empreendimento, elaborando, discutindo e implementando suas Políticas Ambientais.*

7. *Manter canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, informado-a sobre os aspectos ambientais de nosso empreendimento, e motivando-a a participar das ações de proteção dos recursos naturais e conservação da biodiversidade."*

Atualmente em função da Manutenção e Renovação das Licenças de Operação do Complexo Energético Fundão Santa Clara, os seguintes programas ambientais estão em fase de execução:

- Programas de Monitoramento da Erosão, Assoreamento das Usinas e da Faixa de Deplecionamento da Usina Santa Clara;
- Programas de Monitoramento do Clima e do Nível de Água dos Rios Jordão e Pinhão;
- Programas de Monitoramento da Qualidade da Água e Detecção do Mexilhão Dourado;
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna;
- Programa de Ecologia e Conservação do Papagaio do Peito Roxo;
- Programa de Ecologia e Conservação do Cágado Rajado;
- Programa de Ecologia e Conservação da Lontra;
- Programa de Ecologia e Conservação de Pequenos Felinos;
- Programa de Ecologia e Conservação de Espécies Ripárias;
- Programa de P & D: Acompanhamento da Recomposição Florística Associada à Fauna, cujo escopo contempla a produção de material de Educação Ambiental, com Apostilas e DVD, que serão utilizados em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação das Cidades de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, orientando e estimulando a Recuperação de Matas Ciliares.

Outras ações ambientais em andamento:

- Erradicação de Espécies Exóticas nas Faixas Ciliares (APP's - Áreas de Preservação Permanente) dos reservatórios e monitoramento patrimonial destas faixas.

Além dos programas e ações ambientais apresentados, a ELEJOR ainda realiza o acompanhamento do desenvolvimento social de 06 famílias reassentadas e desenvolve também a Regularização Fundiária dos terrenos ocupados pelos lagos e faixas de preservação permanente.

A busca por um meio ambiente equilibrado, fundamentado pela responsabilidade ambiental, social e pela sustentabilidade sempre foram uma das maiores preocupações e motivações da companhia nas suas ações operacionais e em todas as esferas e um dos principais objetivos da ELEJOR para os próximos anos é a incorporação dos 10 princípios do pacto global às nossas atividades.

Concluimos assim a apresentação dos princípios do Pacto Global já iniciados na ELEJOR, para o ano de 2009.

Apresentaremos a seguir o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia.

3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia, consolidada e elaborada conforme Legislação Societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Dos principais destaques que marcaram o Exercício Econômico da ELEJOR, para o ano de 2009, o ponto relevante foi a nova redistribuição e participação dos Acionistas Ordinaristas no Capital Social da empresa. A recompra total das Ações Preferenciais Classe "B", de emissão das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS S.A., fez a participação dos Acionistas Ordinaristas aumentar em relação aos anos anteriores, conforme observa-se na Tabela 1 – Capital Social. Além disso, concomitantemente à recompra das Ações Preferenciais, houve também a recompra parcial das Debêntures, pertencentes à BNDES Participações S/A, impactando positivamente no Serviço da Dívida da empresa.

Operacionalmente, o ano de 2009 foi marcado pela nova e definitiva solução técnica que a IMPSA, fornecedor dos geradores elétricos do CEFSC, fez para as soldas das conexões das bobinas estatóricas da Unidade Geradora 1 da UHE Fundão. O novo processo de brasagem trouxe confiabilidade e melhor performance ao gerador. Por outro lado, a produção energética no mesmo período ficou 11% menor em relação à Energia Assegurada do Complexo, conforme se demonstra na Tabela 2 – Contexto Operacional.

Outros eventos, igualmente importantes, foram conquistados no exercício de 2009, dos quais se destacam:

1. A renovação das Licenças de Operação da Usina Santa Clara e da PCH Santa Clara I;
2. Primeira Verificação do Projeto de Crédito de Carbono, feita em junho/2009 pela empresa britânica SGS United Kingdom. Como representante oficial da ONU a SGS conformou 266.000 tCO₂ de Certified Emission Reduction – CER e 385.070

tCO₂ de Voluntary Carbon Unit – VCU. Este último com títulos já emitidos pela entidade voluntária, a VCS – Voluntary Carbon Standard, e prontos para serem negociados no mercado mundial;

3. Aprovação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, ciclo 2007/2008, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em junho de 2009, conforme Despacho ANEEL 2393/2009;
4. Recuperação total das conexões das bobinas estatóricas da Unidade Geradora 1 da UHE Fundão, pelo fabricante IMPSA, por meio de um novo processo de brasagem (soldagem). A referida unidade retornou a operar satisfatoriamente em outubro de 2009;
5. Foram adquiridas peças sobressalentes eletromecânicas, em 2009, no montante de R\$1.196.535,62. Restando ainda cerca de R\$ 1.370.000,00, referente às elétricas e eletrônicas, conforme autorização do Conselho de Administração da ELEJOR, em reunião realizada em 21 de dezembro de 2009;
6. Celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Monitoramento das Encostas, Erosão e Assoreamento dos Reservatórios de Santa Clara e Fundão e da Faixa de Deplecionamento do Reservatório de Santa Clara;
7. Aquisição, em dezembro de 2009, da Servidão Florestal Definitiva e Onerosa, para compensação de Reserva Legal do Complexo Energético Fundão Santa Clara, corresponde a 921 ha (hectares) de florestas nativas;
8. Renovação do Contrato de Seguros Operacionais, período de setembro de 2009 a setembro 2010, do Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC. Neste contrato todos os riscos foram incorporados em uma única apólice;
9. Recompra Total das Ações Preferenciais Classe “B” das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS S.A.;
10. Amortizações antecipadas das debêntures BNDESPAR, da Primeira Emissão, Segunda Série.

4. A EMPRESA

4.1 Perfil

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A. é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

A Concessão de Uso do Bem Público para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 – ANEEL – celebrado em 25 de outubro de 2001.

As Autorizações para a Exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções ANEEL nº. 757 e 753 de 18 de dezembro de 2002, respectivamente.

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2009, está assim distribuído:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	Participação no Capital Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	-	42.209.920	70,0 %
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	-	18.090.080	30,0 %
Total	60.300.000	-	60.300.000	100,0%

Tabela 1: Capital Social

4.2 O Empreendimento

O Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC é constituído pelas Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas de Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Candói e a UHE Fundão está localizada nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, na região centro-sul do Estado do Paraná.

As potências instaladas, as energias asseguradas e a energia gerada do CEFSC assim estão distribuídas:

	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmédios)	Energia Gerada 2009 (MWmédios)	Energia Gerada 2008 (MWmédios)	Energia Gerada 2007 (MWmédios)
UHE's					
Santa Clara	120,168	69,600	60,150	74,020	59,201
Fundão	120,168	65,800	60,442	67,045	68,129
Total	240,336	135,400	120,592	141,065	127,330
PCH's					
Santa Clara	3,600	2,790	3,034	3,067	2,614
Fundão	2,400	2,100	2,096	1,935	1,872
Total	6,000	4,890	5,130	5,002	4,486
Total do CEFSC	246,336	140,300	125,722	146,067	131,816

Tabela 2: Contexto Operacional

5. COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA

5.1 Disponibilidades e Depósitos Vinculados

O saldo das aplicações financeiras está composto por aplicações em fundos conservadores de investimentos em renda fixa, sendo que os respectivos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (*pro rata temporis*).

- a) O valor de R\$ 19.560, aplicado em CDB DI no Banco do Brasil S.A., está comprometido a uma taxa mínima correspondente a 100% da variação da taxa DI, não estando sujeita a garantias, portanto, trata-se de valor disponível;
 - b) O valor de R\$ 21.072 está aplicado no Itaú S.A. / Unibanco S.A., na modalidade Debêntures. Esta operação é remunerada com uma taxa média de 101 a 103% do CDI; e refere-se à garantia do serviço da dívida junto à BNDESPAR em cumprimento ao Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças (Emissão de Debêntures);
 - c) O valor de R\$ 559 está aplicado no Bradesco S.A., na modalidade CDI. Esta operação é remunerada a 98,9% da taxa DI e refere-se à garantia para liquidação de operações junto à CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
-
- 1. A Receita Bruta das Operações com a de Venda de Energia Elétrica foi de R\$ 181.637.
 - 2. O Custo Operacional com a atividade do CEFSC resume-se nas contas a seguir:

- Uso do Bem Público – UBP	35.905
- Uso e Conexão com o Sistema Elétrico	10.674
- Compensação Financeira (CFURH)	4.408
- Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.729
- Contratos de Operação e Manutenção – O&M	6.930
- Sócioambientais	410
- Seguros Operacionais	636
- Depreciações	16.384

3. O Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA totalizou R\$ 107.534

4. Reservas de Lucros:

- a) Foi constituída a Reserva Legal em 2009 conforme art. 193 da Lei 6.404/76, no valor de R\$ 1505, correspondente a 5% do lucro líquido nos termos do art. 191 da mesma Lei.
- b) Cumpridas as exigências estatutárias – distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício – a Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76 e para posterior aprovação através da AGO, propõe a retenção do lucro remanescente do exercício de 2009, no valor de R\$ 21.451, para fazer frente ao cumprimento futuro, de pagamento e/ou antecipação da amortização das debêntures, na forma disposta no Primeiro Aditivo ao Contrato de Subscrição de Debêntures (BNDESPAR), conforme aprovação contida na 31ª AGE de 27/11/2008.
- c) Serão distribuídos Dividendos aos Acionistas Ordinários no valor total de R\$ 7.150. Este valor é calculado com base no Lucro Líquido de R\$ 30.106, deduzida a Reserva Legal no valor de R\$ 1.505 e aplicada a distribuição mínima de 25%, conforme explicitado no item a.

6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

6.1 *Renovação das Licenças de Operação da Usina Santa Clara e da PCH Santa Clara I*

Trata-se da primeira renovação das Licenças de Operação da Usina Santa Clara e da PCH Santa Clara I, originalmente emitidas em 12 de abril de 2005, válidas até 12 de abril de 2009, cujas renovações ocorreram em 07 de maio de 2009 com validade até 07 de maio de 2013.

6.2 *Primeira Verificação de Créditos de Carbono*

Em junho de 2009 iniciou-se a verificação dos créditos de carbono da ELEJOR. A empresa contratada, conforme processo licitatório, foi a SGS United Kingdom, Inglaterra, entidade certificadora designada pela Organização das Nações Unidas – ONU, através da United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC (sigla em inglês para Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). Como resultado desta verificação a SGS conformou 385.070 tCO₂ de VCU – Voluntary Carbon Unit, e 266.000 tCO₂ de CER – Certified Emission Reduction. O primeiro foi ratificado por meio do Relatório de Verificação UK AR6 VCS 2007 VOL0652 BT Clean de 16/09/2009. Posteriormente foram registrados na VCS – Voluntary Carbon Standard Levy Fee, entidade que centraliza e controla a emissão de títulos para comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário. Os CER's, por sua vez, continuam sob análise da ONU/UNFCCC.

6.3 *Aprovação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, ciclo 2007/2008*

A ELEJOR apresentou, no âmbito da Lei Federal 9991/2000, o programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, aprovado pelo Despacho nº 2393 de 31/06/2008, sendo que os projetos em desenvolvimento neste ciclo representam R\$ 641.484,00.

6.4 Recuperação Total das Cabeças de Bobinas da UG 1 da UHE Fundão

Desde 2008 a Unidade Geradora 1 da UHE Fundão vinha apresentando problemas de resistência ôhmica nas conexões das bobinas do enrolamento estatórico. Em março de 2009 houve as negociações com a IMPSA para a recuperação total das conexões. Este trabalho foi iniciado em agosto/2009 e concluído no início de outubro/2009. Infelizmente a tentativa de expurgo do tempo de parada, relativo a este período, foi negado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Porém, ao mesmo tempo, a ELEJOR protocolou, junto à IMPSA, uma carta notificando o fabricante sobre os prejuízos decorrentes da uma eventual perda da Energia Assegurada.

6.5 Peças Sobressalentes

As aquisições de peças sobressalentes visam atender o Contrato de Concessão da ANEEL n.º 125, de 25/10/2001, que prevê em sua Cláusula 7ª, Subcláusula 1ª, parágrafo VIII, que a ELEJOR deverá “manter, permanentemente, através da adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações dos Aproveitamentos Hidrelétricos em perfeitas condições de funcionamento, inclusive adequado estoque de peças sobressalentes”, bem como atender ao exigido no ANEXO V do Contrato de Operação e Manutenção – O&M, firmado entre a ELEJOR e a COPEL.

Conforme exposto, e para cumprir com tais obrigações sob pena de se incorrer em sanções a ser impostas pela ANEEL, e visando manter um estoque mínimo de peças sobressalentes para o bom andamento das operações e manutenções do Complexo Energético Fundão-Santa Clara, no ano de 2009 foram realizadas as seguintes aquisições de peças sobressalentes:

Linhas de Transmissão	R\$ 101.754,59
Subestação	R\$ 337.828,15
Eletromecânicos	R\$ 756.952,88
TOTAL GERAL	R\$1.196.535,62

6.6 Celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Monitoramento das Encostas, Erosão e Assoreamento dos Reservatórios de Santa Clara e Fundão e da Faixa de Deplecionamento do Reservatório de Santa Clara

A extensão dos serviços, vislumbra atender as necessidades da Administração, quanto à manutenção das Licenças de Operação das Usinas, referente aos Programas Ambientais do Complexo Energético Fundão Santa Clara, previstos no PBA, cuja solicitação está elencada no rol de condicionantes do IAP (itens 3 e 6), para a manutenção da licença de operação (L.O.) da Usina Santa Clara renovada e renovação da (L.O.) da Usina Fundão.

6.7 Aquisição de Servidão Florestal Definitiva e Onerosa, para compensação de Reserva Legal do Complexo Energético Fundão Santa Clara

A ELEJOR celebrou cinco contratos de Servidão Florestal Definitiva e Onerosa, com Dallegrave Florestal, disponibilizando à ELEJOR 921,00 ha líquidos de florestas nativas, para compensação das Reservas Legais dos terrenos impactados pela implantação do Complexo Energético, no âmbito da Lei Federal 4.771/1965, Lei Federal 8.171/1991 e mais recentemente, o Decreto Federal 7.029/2009 – PROGRAMA MAIS AMBIENTE, propiciando a regularização fundiária destes terrenos, desmembrando-os em novas matrículas em nome da ELEJOR.

6.8 Renovação do Contrato de Seguros Operacionais, período de setembro de 2009 a setembro de 2010, do CEFSC-Complexo Energético Fundão Santa Clara

O Seguro de Riscos Operacionais, engloba todos os ativos do CEFSC, inclusive as Barragens e as Linhas de Transmissão correspondentes. Contempla também uma cobertura de Lucros Cessantes com período indenitário de 6 meses.

O valor do prêmio pago foi de R\$ 612.000,00 (Seiscentos e doze mil reais) para a cobertura de todo o Complexo Energético Fundão Santa Clara, cujo montante foi de R\$ 545.327.864,99 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), desmembrados da seguinte forma:

- UHE Fundão = R\$ 219.467.817,72 (Duzentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e dois centavos);
- UHE Santa Clara = R\$ 325.860.047,27 (Trezentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, quarenta e sete reais e vinte e sete centavos).

6.9 *Recompra Total das Ações Preferenciais Classe "B" das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS S.A*

O BNDESPAR autorizou, em novembro de 2008, o resgate de todas as 36.653.125 ações preferenciais pertencentes à ELETROBRAS, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas, mediante a redução do seu Capital Social.

Na data de 18/12/2009, foi realizado o resgate total do saldo de 2.322.609 (Dois milhões, trezentos e vinte e duas mil e seiscentos e nove) ações preferenciais Classe "B", cujo total, convertidas em Reais, foi de R\$ 8.026.070,00 (Oito milhões, vinte e seis mil e setenta reais).

6.10 *Amortizações antecipadas das debêntures BNDESPAR, da Primeira Emissão, Segunda Série*

O BNDESPAR autorizou, em 17 de novembro de 2008, a 1ª AGD – Assembléia Geral de Debenturistas a celebrar o Aditivo nº 1 ao Contrato de Promessa e Subscrição de Debêntures Conversíveis que viabilizou as amortizações antecipadas das debêntures da 1ª emissão. Assim, em 2009, a ELEJOR antecipou um total de R\$14.300.000,00 (Quatorze milhões e trezentos mil reais) relativas a à 2ª série.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Parecer dos Auditores Independentes

7.2 Balanço Patrimonial

7.3 Demonstração do Resultado

7.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

7.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

7.6 Notas Explicativas.

- ELEJOR -
CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

RELATÓRIO FINAL Nº 10/09

Curitiba, 15 de janeiro de 2010.

À
DD. DIRETORIA DA
ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
CURITIBA – PR

REF.: RELATÓRIO FINAL Nº 10/09 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 - BALANÇO PATRIMONIAL;
- 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO;
- 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 5 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO; e
- 6 - NOTAS EXPLICATIVAS.

Releva observar que este relatório representa, através do "Parecer dos Auditores Independentes", nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2009, consubstanciamento do referido Parecer encontra-se nos Comunicados de Visita emitidos.

1 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A
DD. DIRETORIA DA
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
CURITIBA – PR

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A., bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A., em 31 de dezembro de 2009 e o resultado de suas operações, das mutações do seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 11 de fevereiro de 2009, sem ressalvas.

Curitiba, 15 de janeiro de 2010.


UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC-RS 3717 S PR
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC-RS 11609 S PR
Responsável Técnico


HELTON GOMES
Contador CRC-PR 57514 S PR
Auditor

2 - BALANÇO PATRIMONIAL

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em Milhares de Reais)

ATIVO

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>	<u>71.790</u>	<u>54.610</u>
Disponibilidades	19.581	13.909
Clientes	16.326	15.300
Adiantamentos Concedidos	2	1
Impostos a Recuperar	13.775	4.766
Adiantamento para Fornecedores	26	-
Depósitos Vinculados	21.631	20.269
Despesas Pagas Antecipadamente	449	365
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>552.400</u>	<u>568.698</u>
Realizável a Longo Prazo	240	231
Depósitos Judiciais	240	231
Imobilizado	552.031	568.338
Intangível	129	129
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>624.190</u>	<u>623.308</u>



"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em Milhares de Reais)

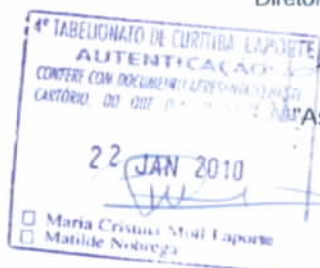
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2009	2008
<u>CIRCULANTE</u>	<u>103.735</u>	<u>78.648</u>
Fornecedores	2.213	2.407
Encargos Outorga ANEEL	36.576	38.649
Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	1.830	2.652
Obrigações Sociais/Trabalhistas	31	36
Obrigações Tributárias	16.529	4.369
Debêntures	36.957	25.767
Comp.Financ.Utilizaç. Recursos Hídricos	1.076	985
Dividendos a Pagar	7.150	1.538
Outros Valores a Pagar	1.373	2.245
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	<u>418.919</u>	<u>457.051</u>
Debêntures	153.384	202.116
Partes Relacionadas	265.418	238.060
Encargos Eletrobrás	117	16.875
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>101.536</u>	<u>87.609</u>
Capital Subscrito	69.450	78.667
Reserva de Capital	1.322	1.134
Reserva Legal	2.017	512
Retenção de Lucros	28.747	7.296
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>624.190</u>	<u>623.308</u>

Gilberto Serpa Griebeler
Diretor Presidente

Christian Gulin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zem
Contador
CRC/PR: 024.246/O-1



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

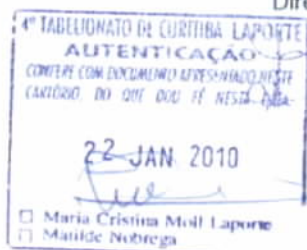
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	2009	2008
	01.01.09 a	01.01.08 a
	31.12.09	31.12.08
RECEITA BRUTA DE VENDAS	181.637	172.126
Venda de Energia UHE	173.342	162.802
Venda Energia PCH	5.527	5.235
Venda Energia CCEE	2.768	4.089
(-) Deduções da Receita Bruta	(8.669)	(8.602)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	172.968	163.524
(-) Custos Operacionais	(77.925)	(90.078)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	95.043	73.446
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(49.693)	(63.849)
Despesas Administrativas	(3.936)	(3.385)
Receitas Financeiras	4.586*	14.286
Despesas Financeiras	(50.343)	(74.750)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	45.350	9.597
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	45.350	9.597
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(15.244)	(3.121)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(11.123)	(2.272)
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	(4.121)	(849)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	30.106	6.476
LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS	0,499	0,095

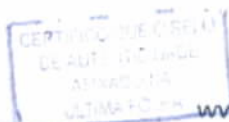
Gilberto Serpa Griebeler
Diretor Presidente

Christian Gulín Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zem
Contador
CRC/PR: 024.246/O-1



"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

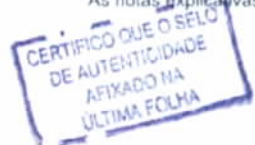
	2009	2008
	01.01.09 a 31.12.09	01.01.08 a 31.12.08
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	30.106	6.476
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.388	16.482
Variações monetárias não realizadas - líquidas	50.332	73.729
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	(1.026)	(1.614)
Adiantamentos concedidos	(1)	(1)
Impostos a recuperar	(9.009)	(458)
Outros devedores	(26)	24
Depósitos vinculados	(1.362)	(10.138)
Despesas pagas antecipadamente	(84)	113
Depósitos judiciais	(9)	(95)
Aumento (redução) dos passivos		
Empréstimos e financiamentos junto a terceiros - juros incorridos e pagos	(18.597)	(54.867)
Debêntures - juros incorridos e pagos	(23.301)	(28.768)
Fornecedores	(194)	(3.707)
Encargos de outorga Aneel	(2.073)	11.565
Pesquisa e desenvolvimento	(822)	480
Obrigações sociais/trabalhistas	(5)	13
Obrigações tributárias	12.160	1.341
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	91	325
Outros valores a pagar	(872)	(1.305)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.696	9.595
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições no imobilizado	(81)	(1.198)
Adições no diferido	-	(105)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(81)	(1.303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures - amortização de principal	(35.376)	(42.752)
Recebimento de ágio na integralização de ações	188	-
Recuperação/resgate de ações preferenciais	(9.217)	(35.133)
Dividendos pagos	(1.538)	(894)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(45.943)	(78.779)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes a caixa	5.672	(70.487)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	13.909	84.396
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	19.581	13.909
Variação no caixa e equivalentes a caixa	5.672	(70.487)

Gilberto Serra Griebeler
Diretor Presidente

Christian Guin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zem
Contador
CRC/PR: 024.246/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



5 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

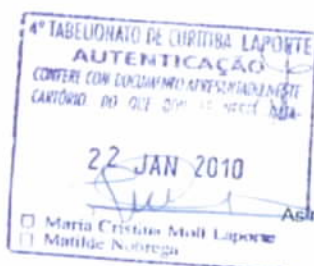
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de capital	Reservas de lucros			Total
				Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	120.200	(6.400)	1.134	188	2.682	-	117.804
Recompra parte ações Eletrobras	(35.133)	-	-	-	-	-	(35.133)
Cancelamento de ações preferenciais não integralizadas	(6.400)	6.400	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.476	6.476
<u>Destinação dos lucros:</u>							
Reserva legal	-	-	-	324	-	(324)	-
Dividendos propostos (R\$ 22,17 por mil ações ordinárias e R\$ 24,39 por mil ações preferenciais)	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
Retenção de lucros	-	-	-	-	4.614	(4.614)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	78.667	-	1.134	512	7.296	-	87.609
Recompra parte ações Eletrobras	(9.217)	-	-	-	-	-	(9.217)
Dividendos Pagos (Eletrobras)	-	-	188	-	-	-	188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.106	30.106
<u>Destinação dos Lucros:</u>							
Reserva Legal	-	-	-	1.505	-	(1.505)	-
Dividendos Propostos (R\$ 118,58 por mil ações ordinárias)	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Retenção de Lucros	-	-	-	-	21.451	(21.451)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	69.450	-	1.322	2.017	28.747	-	101.536

Gilberto Serpa Griobeler
Diretor Presidente

Christian Gulin Crivellaro
Diretor Administrativo Financeiro

Hélio Zem
Contador
CRC/PR-024.246/O-1



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



6 - NOTAS EXPLICATIVAS

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
C.N.P.J. nº 04.557.307/0001-49
CURITIBA - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL, será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL.

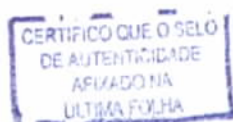
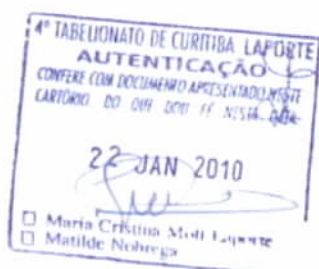
O Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE/ PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE / Santa Clara	120,168	69,600
UHE / Fundão	120,168	65,800
PCH's / SCL e FD	6,000	4,900
Total do complexo	246,336	140,300

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.



[Handwritten signatures]

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 (originada da MP nº 449/08), a empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2008.

Não houve efeito no resultado e no patrimônio líquido da adoção da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a receber

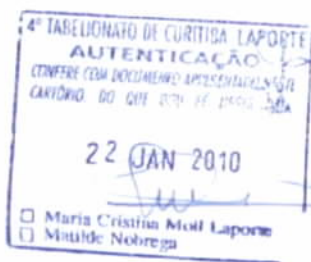
As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.



A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens, determinadas pela Portaria DNAEE nº 815/94, atualizada pela resolução nº 44 de 17 de março de 1999 da ANEEL.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro, a companhia utiliza a sistemática do lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata dia".

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

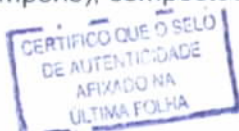
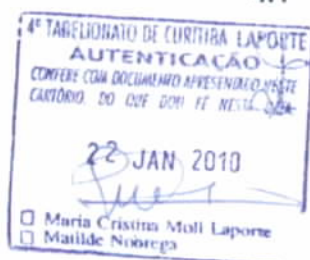
i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

NOTA 04 – CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

Os saldos das aplicações financeiras estão compostos por aplicações em fundos conservadores de investimentos em renda fixa. Os respectivos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis), compostos da seguinte maneira:



Descrição	Tipo	2009	2008
Caixa		2	1
Banco conta movimento		19	135
Banco do Brasil S/A	Aplic. Fin – Aplic CDB	19.560	-
Banco Unibanco	Aplic. Fin – Aplic CDB	0	13.773
Total do disponível		19.581	13.909

O valor de R\$ 19.560, aplicado em CDB DI no Banco do Brasil S.A., está comprometido a uma taxa mínima correspondente a 100% da variação da taxa DI. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo contábil dessa aplicação não diferia do valor de realização. Este ativo financeiro foi adquirido com a finalidade de utilização no curto prazo.

4.2 Clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acréscidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	2009	2008
Sadia S/A	-	215
COMERC - Comercializadora Energia Elétrica Ltda.	251	228
Tradener Ltda	218	-
COPEL Distribuição S/A	14.974	14.209
CCEE	883	648
Total	16.326	15.300

4.3 Impostos a Recuperar

O montante de R\$ 13.775, resumidamente, está assim distribuído

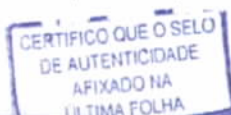
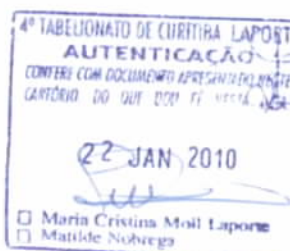
- R\$ 17 - recolhimentos antecipados de impostos e/ou retenções de impostos na fonte anteriores a 2009;
- R\$ 31 – valor do IRRF líquido dos valores compensados com o IRPJ estimativa mensal, incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras do presente exercício; e
- R\$ 13.727 – recolhimentos de IRPJ e CSLL por estimativa em 2009.

Os valores dos créditos com direito a atualização, foram corrigidos pela variação da taxa SELIC até 31.12.2009..

4.4 Cauções e Depósitos Vinculados

Descrição	Tipo	2009	2008
Aplicações financeiras:			
Itaú S.A. / Unibanco S.A.	CDB Unibanco	21.072	19.730
Bradesco S.A.	CDB Bradesco	559	539
Total vinculado		21.631	20.269

O valor de R\$ 21.072, aplicado no Itaú S.A. / Unibanco S.A., com remuneração de 100% da variação da taxa DI, está depositado em conta reserva para garantia de obrigação da dívida junto ao BNDESPAR, referente a operação de emissão de debêntures conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças. Este investimento é classificado como disponível para venda, sendo mensurado pelo custo de aquisição ou



valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, o qual não difere do valor justo.

O valor de R\$ 559, aplicado no Bradesco S.A., refere-se à garantia para liquidação de operações junto a Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, com remuneração de 98,9% da variação da taxa DI.

4.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Registra os prêmios de seguros contratados na modalidade de cobertura de riscos operacionais, que serão apropriados de acordo com o prazo de vigência das apólices. Em 31/12/09 o saldo a apropriar é de R\$ 449.

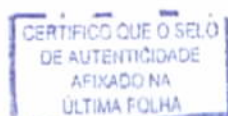
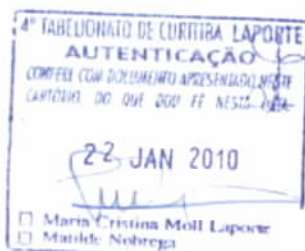
4.6 Imobilizado

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31.12.2009			31.12.2008
		Custo corrigido	Reintegração acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Usinas					
Imobilizado em serviço					
Terrenos		5.904		5.904	5.904
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0 a 3,5	321.592	31.762	289.830	298.068
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0	61.286	5.833	55.453	56.942
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,7	192.346	22.325	170.021	175.832
Móveis e utensílios	10	463	90	373	359
Imobilizado em curso					
Terrenos		1.598		1.598	1.598
Material em depósito		1.051		1.051	1.051
Depósitos judiciais		5.643		5.643	5.643
SISTEMA TRANSMISSÃO / CONEXÃO					
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0	443	71	372	390
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,7	24.480	2.925	21.555	22.290
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10	2	-	2	2
Móveis e utensílios	10	300	71	229	259
Total		615.108	63.077	552.031	568.338

As contas do imobilizado estão avaliadas pelo custo de aquisição ou construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens e com base em taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815/94, atualizada pela resolução nº 44 de 17 de março de 1999 da ANEEL, não havendo indícios internos ou externos de que pudesse estar desvalorizado.

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 44 de 17 de março de 1999.



4.7 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	2009	2008
1) Contrato uso sistema de transmissão – CUST	-	762
2) Contrato prest. servs. de transmissão - CPST	-	28
3) Contrato uso sistema de distribuição - CUSD	793	778
4) Compra de energia compensatória	-	14
5) Fornecedores - administrativo e financeiro	653	102
6) Fornecedores - meio ambiente	339	325
7) Operação e manutenção - O&M	404	398
8) Manutenção Linha de Transmissão – O&M	24	-
Total	2.213	2.407

4.8 Encargos de outorga Aneel

Refere-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público (UBP) incorrido a partir do início de operação da UHE Santa Clara, sendo a contrapartida do valor registrada em conta de resultado, proporcionalmente aos dias efetivamente incorridos até o respectivo mês e a data final da concessão.

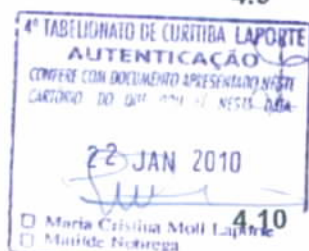
Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Elejor recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

O valor da concessão atualizado mensalmente pela variação do IGPM representa, em 31 de dezembro de 2009, a importância de R\$ 1.130.521, cujo valor principal na data de assinatura do contrato de concessão era de R\$ 570.000.

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036.

4.9 Aplicação em pesquisa e desenvolvimento (P&D)



Registra, conforme artigo 2.º da lei número 9.991/2000 alterado pelo artigo 24 da Lei 10.438/2002, o montante relativo a 1% (um por cento) da sua receita operacional líquida, o qual será destinado à pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e seu saldo monta, em 31.12.2009, a importância de R\$ 1.830.

Obrigações tributárias

O Valor das obrigações tributárias em 31.12.2009, monta a importância de R\$ 16.529, assim distribuído:



- IRRF s/ salários, honorários, serviços PF e PJ = R\$ 34;
- ISS retido s/ serv. PJ = R\$ 7;
- PIS/Cofins/CSLL e INSS retidos = R\$ 123;
- PIS e Cofins s/ faturamento = R\$ 1.121; e
- Provisão p/ CSLL e IRPJ = R\$ 15.244

4.11 Outras contas a pagar

Do montante de R\$ 1.373, o valor correspondente a R\$ 1.124 refere-se a provisões de pré-operação decorrentes da conclusão dos trabalhos de unitização do ativo imobilizado (conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica).

Neste ano de 2009 foi considerado o valor de R\$ 190 a título de Contingências Trabalhistas, baseado em relatório de nossa assessoria jurídica e em atenção ao que dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, item 6.3.22, letra "b". O saldo, no valor de R\$ 59, é relativo à provisão para pagamento de férias dos funcionários da companhia.

4.12 Debêntures conversíveis

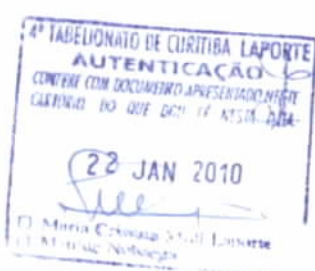
Descrição	Quantidade de títulos em 2009	Valor unitário	Saldo em 31.12.09
BNDES Participações S.A.	780	256	199.476
(-) Parcelas Pagas 1ª Série			(21.629)
Total	780		177.847
(+) Juros de curto prazo			2.292
(+) Encargos financeiros de curto prazo – VMP			1.881
(+) Encargos financeiros de longo prazo – VMP			8.321
Principal + encargos			190.341

Em 20 de abril de 2005, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada pelos acionistas a emissão de 1000 (um mil) debêntures conversíveis em ações, em duas séries, vencíveis no prazo de 10 (dez) anos a 1.ª série e em 11 (onze) anos a 2.ª série, a contar da data de emissão.

O valor unitário de cada debênture é de R\$ 255.625,82 (duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) na data de emissão, totalizando o montante de R\$ 255.625.820,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte reais), observadas as seguintes características, fixadas nos termos do artigo 59 da lei 6.404/76:

I) Valor da emissão e número de debêntures, em duas séries:

Emissões	Número de Debêntures	Valor unitário	Valor Total
1ª Série	660	256	168.713
2ª Série	340	256	86.913
Total (R\$ mil)			255.626



II) Vencimento das debêntures:

As debêntures da 1.^a série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2015 e as da 2.^a série terão o vencimento final em 15 de fevereiro de 2016.

III) Remuneração:

Aos titulares das debêntures serão pagos a título de remuneração o correspondente à atualização do valor nominal pela variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um spread de 4% (quatro por cento) ao ano.

As demais características dos títulos estão descritas na 18.^a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 20051323338 de 20 de abril de 2005 e Escritura da 1.^a emissão privada de debêntures da ELEJOR - Centrais Elétricas Rio Jordão S.A., com garantia flutuante, real e fidejussória e anexos, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º ED00012400 de 16 de maio de 2005.

IV) Amortização antecipada de debêntures:

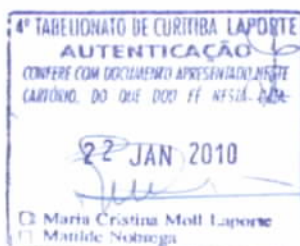
Através do Primeiro Aditivo ao Contrato de Subscrição de Debêntures, foi acordada a amortização antecipada obrigatória de debêntures detidas pela BNDESPAR em contrapartida a autorização de antecipação de resgate das ações preferenciais classe "B". A presente negociação está ratificada na 31.^a AGE de 27/11/2008, em seu item 3.

Diante dessa negociação e após sucessivos resgates, ocorreu alteração na quantidade de debêntures da 2.^a série, ficando o quadro descrito no item "I" acima ("Valor da emissão e número de debêntures, em duas séries"), com a seguinte distribuição:

<u>Emissões</u>	<u>Número de Debêntures</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor Total</u>
1. ^a Série	660	256	168.713
2. ^a Série	120	256	30.763
	780	Total (R\$ mil)	199.476

4.13 Partes relacionadas

<u>Descrição</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Copel – Companhia Paranaense de Energia	321.589	283.683
Mecanismo de ajuste - 3º Acordo de Acionistas	(56.171)	(45.623)
Total	265.418	238.060



No saldo apresentado em 31 de dezembro de 2009 está registrado o reflexo do "Mecanismo de Ajuste do Contrato de Mútuo", no montante de R\$ 56.171, conforme Terceiro Acordo de Acionistas celebrado entre Copelpar e a Paineirapar em 31 de agosto de 2005 e registrado na Elejor, mediante aprovação da Aneel, conforme despacho n.º 2876 de 05 de dezembro de 2006.



[Assinatura]

Através da cláusula segunda, do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas (06/04/2004), ocorreu a alteração nas taxas de juros e da variação monetária relativamente ao contrato de mútuo. Com base nessa renegociação, os créditos passaram a ser remunerados pela TJLP mais spread de 4,5% a.a.

A carência, prevista no acordo de acionistas (dois anos após a entrada em operação da última unidade geradora da UHE Fundão e prazo de pagamento de doze anos), alterada inicialmente pelo Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas (seis meses de carência e prazo final de pagamento para 126 meses), por derradeiro, foi novamente alterada e reconhecida através do Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas (18/04/2005), por exigência do BNDESPAR, conforme disposto na letra "g" das Considerações deste aditivo, onde consta que a Elejor não poderá efetuar qualquer pagamento a título de parcelas de mútuo, antes da integral amortização das debêntures.

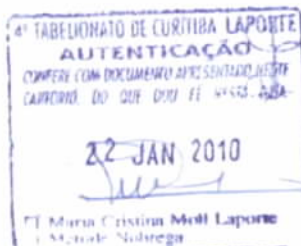
Diante dessas alterações, esta carência fica automaticamente estendida para o final do contrato com o BNDESPAR, qual seja, a partir de 16/02/2016 (11 anos após emissão das debêntures de 2ª Série, conforme disposto no item 4.12 destas Notas Explicativas), o que poderá ser alterado em função do que consta no item IV, da Nota 4.12 acima.

4.14 Encargos de ações Eletrobras

Registra a atualização monetária do valor de integralização das ações, emitidas em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, utilizando-se para tanto o IGPM/FGV, pro rata temporis, desde a data de integralização pela Eletrobras, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., igualmente pro rata temporis, deduzidos, porém, os dividendos pagos à Eletrobras, atualizados pelo IGPM/FGV, também pro rata temporis, e acrescidos da mesma remuneração de capital (juros 12% a.a.), pro rata temporis. O valor dos encargos atualizados em 31 de dezembro de 2009 monta a importância de R\$ 117, já deduzidos os valores relativos aos dividendos pagos ao acionista na proporção da sua participação social, bem como os encargos contratuais.

No decorrer do ano de 2009 (janeiro a dezembro), através das 32ª, 33ª e 34ª AGE's, ocorreram três recompras das ações preferenciais, conforme segue:

- a) 32ª AGE de 10 de junho de 2009: foi autorizada a recompra de 2.883.810 ações preferenciais classe "B", conforme previsão estabelecida na letra "e", parágrafo 8º, artigo 5º do estatuto social da companhia (previsão também constante do item 5.6, da cláusula 5, do acordo de acionistas da Elejor do dia 12/09/2002). O valor total da operação de recompra parcial somou R\$ 9.520, tendo sido contabilizados R\$ 3.489 a débito da conta de Capital Social e o restante, R\$ 6.031, deduzido da conta Encargos Eletrobras, no Passivo Não Circulante;
- b) 33ª AGE de 05 de outubro de 2009: foi autorizada a recompra de 2.411.006 ações preferenciais classe "B", conforme previsão estatutária já descrita na letra "a" acima. O valor total da operação de recompra parcial somou R\$ 8.000, tendo sido contabilizados R\$ 2.917 a débito da conta de Capital Social e o restante, R\$ 5.083, deduzido da conta Encargos Eletrobras, no Passivo Não Circulante;



[Handwritten signature]

- c) 34ª AGE de 25 de novembro de 2009: foi autorizada a recompra das últimas 2.322.609 ações preferenciais classe "B", conforme previsão estatutária já descrita na letra "a" acima. O valor total desta operação de recompra das ações preferenciais remanescentes somou R\$ 8.026, tendo sido contabilizados R\$ 2.810 a débito da conta de Capital Social e o restante, R\$ 5.216, deduzido da conta Encargos Eletrobras, no Passivo Não Circulante;

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

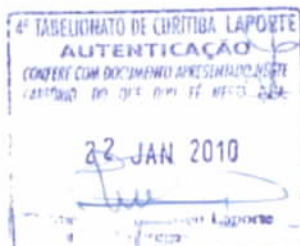
O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 69.450, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 34ª AGE de 25/11/2009.

Nesta 34ª AGE foi autorizado o resgate das 2.322.609 ações preferenciais classe "B" remanescentes, concluindo o resgate de todas as ações preferenciais. Por derradeiro, com base na 34ª AGE de 25/11/2009, deixaram de existir ações preferenciais da companhia em poder de terceiros, embora ainda não tenham sido consideradas extintas por falta de previsão estatutária específica. Portanto, para fins de composição do capital social e distribuição de dividendos, a partir deste exercício, só restaram ações ordinárias, deixando de se aplicar as prerrogativas aplicáveis às ações preferenciais, tais como: prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias e reembolso do capital e direito a voto, em caso de não pagamento de dividendo prioritário após três exercícios consecutivos.

O capital social da companhia em 31 de dezembro de 2009, conforme alteração do Art. 5º do Estatuto Social – capital subscrito e integralizado, contida na 34ª AGE de 25/11/2009, está distribuído da seguinte forma:

ACIONISTAS	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	Ações preferenc. classe B subscritas e integralizadas	Total de ações subscritas e integralizadas	Participação no capital total integralizado
COPEL	70,00%	0	42.209.920	70,00%
PAINEIRA	30,00%	0	18.090.080	30,00%
TOTAIS	100,00%	////////////////////	60.300.000	100,00%

Nas Notas Explicativas, Nota 05 – Patrimônio Líquido – 5.1.b relativa ao encerramento do exercício de 2008, a composição acionária da Elejor foi reportada inadequadamente para fins de distribuição de dividendos à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, detentora das ações preferenciais classe "b". A posição correta para distribuição de dividendos à Eletrobras é a participação de 11,21% conforme apresentada no quadro da na Nota 5.1.a, ou seja, para 7.617.425 (sete milhões, seiscentos e dezessete mil e quatrocentos e vinte e cinco) ações. Portanto, torna-se nulo e cancelado o quadro da **Nota 5.1.b - Posição Acionária em 31/12/2008 com base no**



ajuste do valor do resgate e as respectivas informações, sem impactos no resultado do exercício.

A companhia em cumprimento às deliberações da 32ª. Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de junho de 2009, procedeu aos pagamentos de dividendos relativos ao exercício de 2008, aos seus acionistas, em 15 de junho de 2009 de acordo com a composição acionária aprovada na 31ª. Assembleia Geral Extraordinária, quais sejam: aos detentores de ações ordinárias, Copel com a participação de 62,15% e Paineira com a participação de 26,64% e ao acionista preferencial Eletrobras, com a participação de 11,21%, tudo em conformidade ao Acordo de Acionistas.

5.2 Reservas de capital – ágio na subscrição de ações

O grupo "reservas de capital", composto por "ágio sobre ações", o qual em 31 de dezembro de 2009 monta a importância de R\$ 1.322, está representado pela conta "ágio na subscrição de ações" - R\$ 1.134 e dividendos pagos a Eletrobras - R\$ 188.

5.3 Reservas de lucros

a) Reserva legal:

O montante de R\$ 2.017, é referente constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2007 a 2009, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei, sendo seu saldo composto pelos valores de R\$ 188 (2007), R\$ 324 (2008) e R\$ 1.505 (2009). Segue demonstração do cálculo da reserva legal para 2009:

CÁLCULO DA RESERVA LEGAL – 2009	
Lucro líquido do exercício	30.106
Reserva legal (5%)	1.505

b) Retenção de lucros:

Depois de cumpridas as exigências estatutárias – distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício (conforme nota 5.4 adiante) – e para que a companhia não incorresse na exigência contida no § 6º, do Art. 202 da Lei 6.404/76, a administração da companhia, nos termos do Art. 196 da mesma lei e para posterior aprovação através da AGO, propôs a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 21.451, para fazer frente ao cumprimento no futuro, de pagamento e/ou antecipação da amortização das debêntures, na forma disposta no Primeiro Aditivo ao Contrato de Subscrição de Debêntures (BNDESPAR), conforme aprovação contida na 31ª AGE de 27/11/2008.

Somando-se as retenções de lucros de 2007 (R\$ 2.682), de 2008 (R\$ 4.614) e de 2009 (R\$ 21.451), o saldo desta conta é de R\$ 28.747.



5.4 Dividendos propostos

Do lucro líquido do exercício de 2009 no valor de R\$ 28.601, já deduzido o valor destinado a reserva legal (R\$ 1.505), foram calculados dividendos no valor de R\$ 7.150, distribuídos da seguinte forma:



<u>Classe de ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Coeficiente</u>	<u>Qtde.p/ BC</u>	<u>Dividendos</u>
Ações ordinárias	60.300	1,00	60.300	7.150
Copel - Companhia				
Paranaense Energia	70%			5.005
Paineira Participações S/A	30%			2.145
Total de ações	60.300		60.300	7.150

NOTA 06 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Tendo em vista a análise de nossas duas assessorias jurídicas especializadas, constatamos a existência de processos relativos a "reclamatórias trabalhistas" e "indenizações trabalhistas" com riscos de perdas classificados como "possível" e como "provável", nos termos do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, item 6.3.22. Estes fatores nos condicionam a constituir provisão para contingências para as causas enquadradas com "provável perda" e demonstrar em nota explicativa o valor das causas consideradas com "possibilidade de perda". Diante dessa determinação, a partir deste exercício, existem duas situações a serem consideradas, quais sejam:

- Através de relatório de uma de nossas assessorias jurídicas, consta a importância de R\$ 190 dentre as causas com possibilidade de "perda", o que levou a constituir uma provisão contábil para "contingências trabalhistas" neste valor, fato este já demonstrado em nosso Balanço Patrimonial e em nossa nota nº 4.11 acima;
- Em 31 de dezembro de 2009, também com base nos relatórios de nossas assessorias jurídicas, as causas "trabalhistas" com "possibilidade" de perda, somam a importância de R\$ 5.344.

Os processos relativos às "causas cíveis" foram todos classificados como "possível", os quais, somando os processos de nossas duas assessorias jurídicas para ações dessa modalidade, importam em R\$ 1.019.

NOTA 07 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em atenção à exigência contida na Deliberação CVM nº 550 de 17/10/2008, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre "instrumentos financeiros derivativos" em nota explicativa, a companhia declara que não deposita seus recursos em aplicações financeiras na modalidade de derivativos.




Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A
Christian Gulin Crivellano
Diretor Administrativo Financeiro


Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A
Hélio Zerm
Contador
CRC/PR 024246/O-1

8. PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

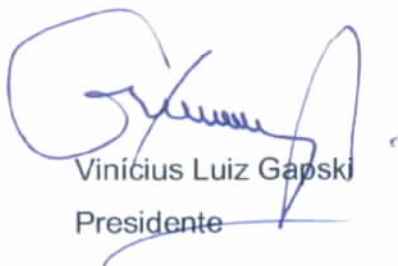
Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

O Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado, pela análise dos balancetes, a gestão econômico-financeira da Companhia, tomou conhecimento do Relatório da Administração e examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, abrangendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, considerando todos os pontos contidos no Relatório dos Auditores Independentes, UHY Moreira Auditores, é de que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade, a situação patrimonial e financeira da companhia, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação, e, conseqüente deliberação da Assembléia Geral Ordinária – A.G.O.

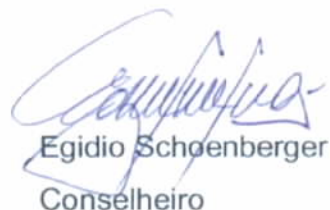
Curitiba, 19 de março de 2010.



Vinícius Luiz Gapski
Presidente



Adriano Fedalto
Conselheiro



Egidio Schoenberger
Conselheiro

**9. ANEXO - LIVRO MEMÓRIA “UMA NOVA ENERGIA” - COMPLEXO
ENERGÉTICO FUNDÃO SANTA CLARA.**

UMA NOVA ENERGIA

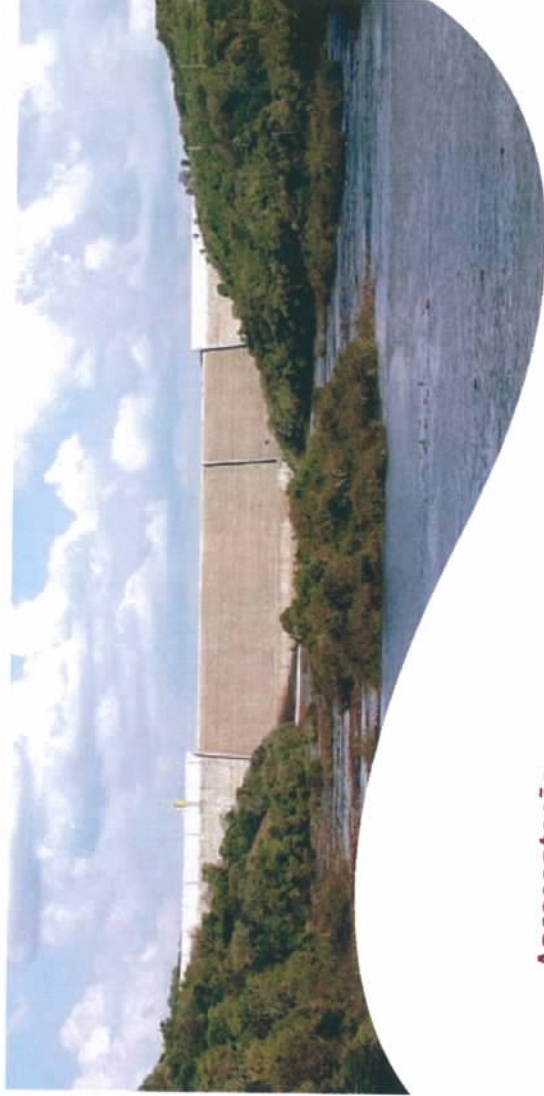
Livro Memória do
Complexo Energético Fundação Santa Clara

1ª Edição

UMA NOVA ENERGIA

Livro Memória do
Complexo Energético Fundação Santa Clara

1ª Edição



Apresentação

ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Criada em 9 de julho de 2001 para ser uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, a ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão, tornou-se mais que uma empresa de implantação, operação e aproveitamento de energia elétrica. Além de possuir a concessão para a exploração do Complexo Energético Fundão Santa Clara, formado pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão, localizadas no Rio Jordão, a empresa tornou-se uma referência quando o assunto é preservação ambiental. Os cuidados da ELEJOR com o meio ambiente passaram a ser diretrizes para grandes empreendimentos no Paraná e no Brasil.

A ELEJOR surgiu com o consórcio de três empresas: a Triunfo Participação e Investimentos, a Paineiras Participação e Empreendimentos Ltda e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Em outubro de 2004, a Copel passou a negociar junto a Triunfo, a aquisição das ações que pertenciam a empresa e em um mês, a transição foi completa, sendo aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Livro memória produzido como complemento do programa de Comunicação Social e Educação Ambiental do Complexo Energético Fundão Santa Clara

1ª Edição – 100 exemplares

Realização

ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Produção

Consilliu Meio Ambiente & Projetos

Pesquisa

Maria Dolores Domit e Claudia De Conto

Redação e edição

Claudia De Conto

Diagramação

Bruno Pagani

Fotos

Eurides Cavalcante Macedo e acervo fotográfico da ELEJOR e da Consilliu Meio Ambiente & Projetos.

Impressão

Ingra

2008



O Meio Ambiente em Pauta

Quando um empreendimento começa bem, termina bem. Essa é a síntese do Complexo Energético Fundação Santa Clara, que desde sua concepção utilizou a mais moderna técnica de engenharia em construções de hidrelétricas aliada à prática da qualidade e de sustentabilidade ambiental em suas ações.

O projeto foi submetido e aprovado em audiências públicas nos municípios da área do Complexo; cumpriu todas as etapas condicionantes do Licenciamento Ambiental Prévio, de Instalação e de Operação e geriu com habilidade e competência a execução de 33 programas ambientais definidos no seu Projeto Básico Ambiental – PBA.

Garantiu suporte ao desenvolvimento dos municípios na área de influência socioambiental, mediante a contratação de mão de obra regional, aquisição de insumos, capacitação de multiplicadores para conservação da fauna e flora locais, entregando à sociedade um Complexo de Usinas gerador de energia limpa.

E para consolidar o empreendimento com bons resultados, a Elejor atendeu aos princípios da voluntariedade, adicionalidade e sustentabilidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL da ONU e tornou-se o primeiro Complexo Energético no Brasil, com Projeto de Créditos de Carbono aprovado, com direito a emissão dos CER's – Reduções Certificadas de Emissões por 21 anos e apóia os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, direitos laborais e o ambiente.

O desafio futuro é promover as ações e cuidados ambientais como instrumento para garantir o prestígio ambiental e os excelentes serviços prestados às comunidades e ao Paraná.

Gilberto Serpa Griebeler
Diretor Presidente da Elejor

Na atual conjuntura de desenvolvimento do país, a implantação de Usinas Hidrelétricas torna-se fator estratégico na matriz energética nacional.

Contudo, há que se dar especial atenção a questão ambiental, a qual deve ser muito bem avaliada para a mitigação e compensação dos impactos ao meio ambiente.

O Complexo Energético Fundação Santa Clara, efetuiu e aprovou todos os estudos ambientais preliminares EIA/RIMA, em audiências públicas nos municípios e cumpriu 33 programas ambientais condicionantes à implantação do Complexo Energético. Contribuiu significativamente para o conhecimento e preservação da flora e fauna regionais, delimitando e recuperando matas de preservação permanente, regularizando reservas legais das propriedades e difundindo estes conceitos na área de influência sócio ambiental do empreendimento.

A gestão ambiental do Complexo Energético implantado, exige especial atenção e se manifesta através de diversas ações; monitoramento patrimonial, do clima, da água, de encostas e erosão, bem como estudos específicos de fauna e flora e seminários ambientais.

Luiz Eduardo da Silva Wolff
Coordenador de Meio Ambiente da Elejor

Sumário

A energia paranaense



Quando uma lâmpada é acesa em uma casa, a luz se faz presente. Mas o caminho até que a eletricidade chegue aos lares, indústrias e vias públicas, é longo e repleto de trabalho. Tornar um veio d'água, uma queda de um rio ou uma correnteza em energia, é um desafio que exige dos seus empreendedores esforço, investimento e muita dedicação.

Com a determinação de companhias de primeiro mundo, a ELEJOR – Centrais Hidrelétricas do Rio Jordão, implantou, no rio que dá nome a empresa, o Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC). Com capacidade instalada conjunta para gerar 240 MW de potência, a energia gerada pelo empreendimento têm condições de abastecer uma cidade com mais de meio milhão de habitantes.

O projeto e a instalação do CEFSC foram marcados pelo pioneirismo e, principalmente, por um requisito imprescindível para a sociedade: o respeito com o meio ambiente e a comunidade. A história do Complexo traz atividades que fomentaram o desenvolvimento sustentável e contribuíram para o crescimento econômico, social e ambiental das cidades abrangidas – Cândói, Pinhão e Foz do Jordão.

As páginas a seguir mostram um pouco dessas atividades e a bela trajetória de implantação do Complexo Energético Fundão Santa Clara. O livro-memória deste empreendimento da ELEJOR conclui com maestria os programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, presentes no Plano Básico Ambiental (PBA) das duas usinas.

A partir de agora, o leitor é transportado para o Centro-Oeste do Paraná, em uma região com paisagens riquíssimas e que os recursos de engenharia contribuíram ainda mais para aprimorá-las.

BARRAGEM

Capítulo 1

Uma obra no Centro-oeste do Paraná

O Rio Jordão nasce do encontro dos Rios Pedras e Bananas. Após percorrer 105 quilômetros, deságua no Rio Iguaçu. Antes de chegar à foz, o Rio Jordão tem suas águas aproveitadas para a geração de energia elétrica. Dois pontos do percurso abrigam as usinas hidrelétricas de Fundão e Santa Clara.

A idealização do projeto começou há mais de quatro décadas. Entre 1966 e 1969, o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul) solicitou à CANAMBRA – Engineering Consultants Ltda, um levantamento da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu. Nas informações estudadas pela organização foram feitos os diagnósticos para o aproveitamento do potencial energético do Rio Jordão.

As pesquisas serviram de base para que, em 1997, a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), finalizasse o estudo e determinasse a quantidade de empreendimentos hidrelétricos que o Rio Jordão poderia receber. A análise foi autorizada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que atualmente é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pela portaria nº 195, do dia 14 de maio de 1997.

A implementação de um grande empreendimento é precedido pelo estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) que avalia as possíveis influências da obra e do projeto da fauna, na flora e na vida da comunidade.

Os EIA/RIMAS do CEFSC foram submetidos à aprovação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 1999. A partir desta data, a história do Complexo Energético Fundão Santa Clara passa a ter seu primeiro destaque. Em uma iniciativa inédita, o EIA/RIMA foi submetido à apreciação da população dos municípios influenciados. Até então, apenas os órgãos ambientais analisavam o projeto e os estudos e definia pelo licenciamento ou não do empreendimento.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2000, os moradores das cidades de Cândói e Pinhão compareceram às Audiências Públicas para conhecer o projeto, as características, os EIA/RIMA, os possíveis impactos, os benefícios e os programas que seriam implantados. “De acordo com as atas das reuniões, estavam presentes autoridades locais, toda a comunidade, organizações não governamentais e representantes do meio ambiente. As perguntas foram gerais, desde como seria o cuidado com a mata, qual a vida útil de uma usina hidrelétrica, etc”, explica o engenheiro floresta e de segurança do trabalho, Luiz Eduardo da Silva Wolff, que acompanha a história da ELEJOR desde 2001. Atualmente, ele ocupa o cargo de coordenador de Meio Ambiente da empresa.

Após a realização das Audiências Públicas, a ELEJOR passou por um período de sucessos. O EIA/RIMA foi aprovado logo após a consulta da população e em maio do mesmo ano foi a vez do Estudo de Viabilidade e Projeto Básico dos aproveitamentos, elaborados pela Intertechne Consultores Associados S.C. Ltda receber o aval. No mês seguinte, foi realizado o leilão para a concessão, arrebatado pela ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Com todos os requisitos para a viabilização do projeto adequados, a empresa conquistou, junto ao órgão ambiental, a Licença Prévia (LP). O fato é um marco na história do CEFSC. Com o licenciamento foi desenvolvido o Plano Básico Ambiental (PBA), que reúne programas para monitorar e minimizar as influências da obra na fauna, na flora e na vida da comunidade.

Cândói: o nome do município vem da linguagem caingangue e significa “eu tenho a arma”. Localiza a 320 km de Curitiba, a cidade tinha em 2007, cerca de 15 mil habitantes.

Pinhão: Com a economia voltada a agropecuária – tanto para gado de corte, como leiteiro e para a agricultura, possui uma população pouco superior a 28 mil habitantes.

Foz do Jordão: localizado a 350 km da capital, o município possui uma população de 6 mil habitantes. A economia é baseada na agropecuária e na produção de madeiras – pinus.

UHE – Santa Clara

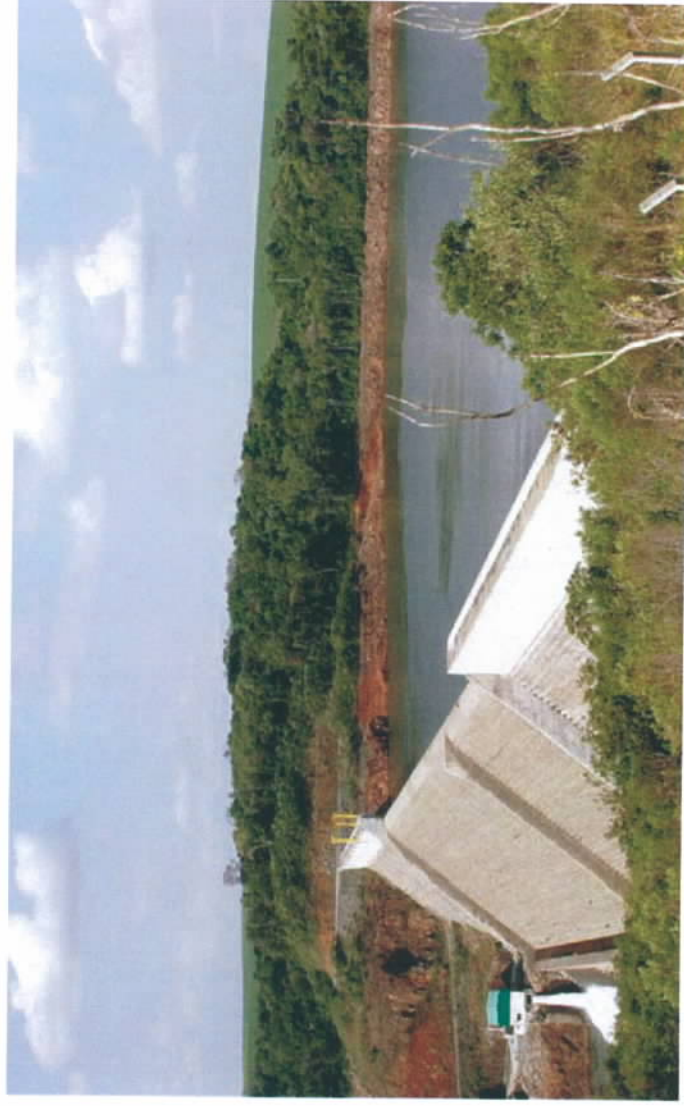
A implantação de toda a estrutura começou em dezembro de 2002, sob a responsabilidade da Construtora Triunfo. O canteiro de obras da usina hidrelétrica Santa Clara tinha cerca de XX metros quadrados. A construção e implantação de todas as estruturas levou cerca de 30 meses para ser concluída e o projeto de engenharia ganhou forma pelas mãos de mais de 1,5 mil pessoas.

Para a geração de energia, o rio é represado por uma barragem de 588 metros de extensão, com uma altura máxima de 67 metros. O veio é captado em uma tomada d'água com cerca de 1,3 mil metros e conduzido até os grupos geradores que ficam na casa de força, por meio de um túnel escavado em rocha, com 640 metros de extensão.

O desnível natural é de cerca de 70 metros, gerando assim energia mecânica suficiente para ser transformada em energia elétrica.

O vertedouro possui uma extensão de 250 metros e foi dimensionado para escoar uma vazão de cerca de 6 metros cúbicos por segundo. A casa de força, localizada na margem esquerda do rio, contém duas unidades geradoras do tipo Francis, de eixo vertical, com 53,5 MW e potência cada. Para a geração específica de energia, está instalada junto à barragem uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) com 3,4 MW.

O aproveitamento está localizado no km 38,4 do Rio Jordão, cerca de 4 km a montante da Foz do Arroio Jacu, afluente da margem direita do Rio Jordão. No local, há uma grande curva e o eixo da barragem está posicionado em um vale aberto. O reservatório da UHE Santa Clara tem pouco mais de 16km².



Entre as fases mais importantes na construção de uma usina hidrelétrica, está o desvio do rio, no canteiro de obras. Na UHE Santa Clara, a atividade começou a ser executada em fevereiro de 2003, com a escavação do túnel de desvio. Em agosto do mesmo ano os primeiros veios de água começaram a correr por dentro da rocha e em um pequeno percurso e o Rio Jordão ganhou um novo trajeto.

Com o sucesso do desvio, a barragem da nova usina começou a ser construída em janeiro de 2004. A atividade levou quase um ano para ser concluída. Enquanto os trabalhos de implantação do barramento seguiam em ritmo constante, acontecia a limpeza da área do futuro reservatório. Em abril de 2005, o túnel de desvio do rio foi fechado novamente, fazendo com que uma nova fase da obra iniciasse: a inundação do lago.

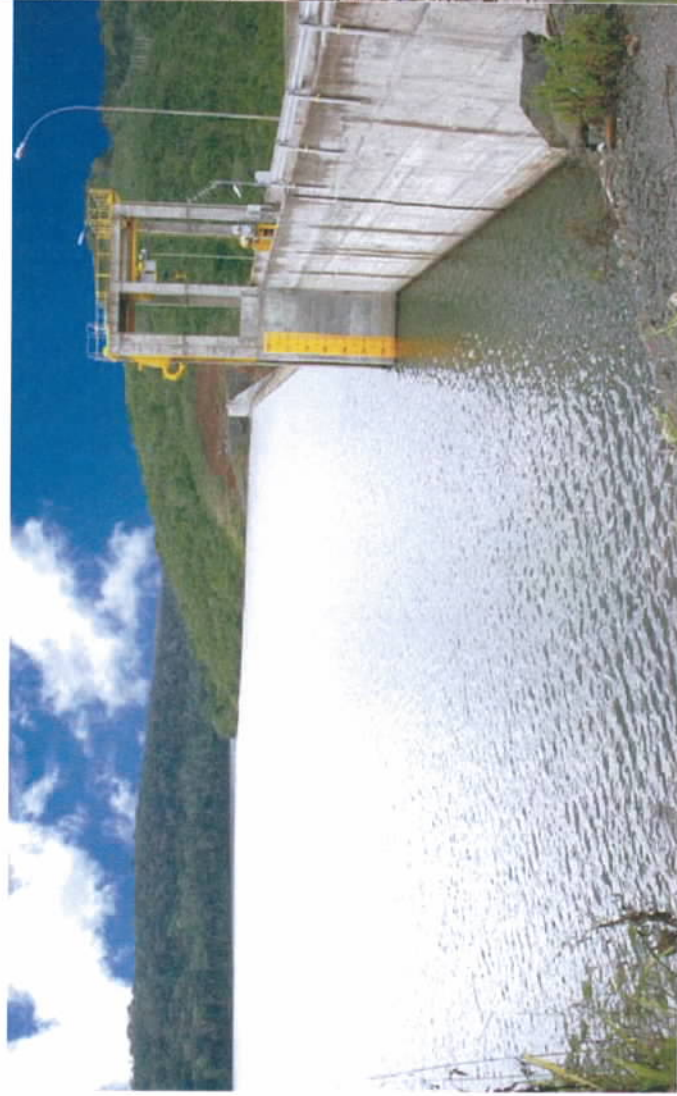
A formação da represa levou cerca de 60 dias e, assim que o reservatório atingiu a capacidade máxima, o trabalho foi concluído. Em julho de 2005, entrava em operação uma das geradoras de energia mais importantes do Paraná: a Usina Hidrelétrica Santa Clara.

UHE Fundão

Seguindo o curso do Rio Jordão, cerca de 12 quilômetros abaixo da UHE Santa Clara, foi construída a usina hidrelétrica de Fundão. Este aproveitamento é localizado no km 22,7 do Rio Jordão, cerca de 8 km a montante da Foz do Rio Capão Grande, afluente na margem esquerda do Rio Jordão.

O projeto da UHE Fundão priorizou os recursos naturais do Rio Jordão, com o aproveitamento de uma queda natural de aproximadamente 55 metros, existente no trecho encachoeirado do rio. Assim como na usina hidrelétrica de Santa Clara, as águas do Rio Jordão também são captadas em uma tomada d'água, com 3,6 mil metros de extensão e conduzidas até as turbinas, que ficam na casa de força. O trajeto é feito através de um túnel escavado em rocha, com 40 metros de altura e 16,9 metros de diâmetro.

A UHE Fundão foi projetada para trabalhar em conjunto com a outra usina do Complexo Energético. Na verdade, o aproveitamento hidrelétrico de Fundão serve para otimizar a energia que Santa Clara não consegue produzir. Por ficar localizada abaixo, a UHE Fundão só funciona quando a UHE Santa Clara está operando.



Com um reservatório de apenas 2,1 km², a UHE Fundão possui uma capacidade instalada de gerar 108 MW de potência. Com duas unidades de 54 MW cada, equipadas com turbinas Francis de eixo vertical, "Fundão" consegue gerar a mesma quantidade de energia que Santa Clara, mas com um reservatório que, se comparada a da outra usina, ocupa somente 10% do tamanho. Isto é possível graças à criatividade e técnicas da engenharia. Quem sai ganhando, é o meio ambiente e toda a sociedade.

A obra começou em março de 2004, quando a usina de Santa Clara já estava com mais de 50% das atividades de obra concluídas. O desvio do rio, no canteiro de obras de Fundão, aconteceu em abril de 2005. A conclusão da usina aconteceu um mês antes do prazo estabelecido pela ANEEL. A inauguração aconteceu em junho de 2006. Em conjunto as duas usinas hidrelétricas formam o Complexo Energético Fundão Santa Clara. Uma obra do Centro-oeste do Paraná que gera energia para todo o Brasil.



O planejamento e a elaboração dos programas ambientais são feitos com base no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O PBA do Complexo Energético Fundão Santa Clara compreendeu um total de 33 programas, sendo 17 para a UHE Santa Clara e 16 para UHE Fundão, que começaram a ser executados juntamente com o início da obra. Um grande número de profissionais atuou, durante as etapas, na preservação ambiental das usinas hidrelétricas, o que reflete diretamente nos cuidados com o meio ambiente.

As equipes que atuaram no projeto, tanto na área ambiental quanto nos cuidados com o meio ambiente, podem ser vistas no quadro abaixo, bem como as atividades que executaram:

As modernas obras de engenharia e os projetos de grandes empreendimentos têm, hoje em dia, uma constante preocupação com o meio socioambiental. Há um compromisso crescente dos empreendedores com o desenvolvimento sustentável da sociedade. No Complexo Energético Fundão Santa Clara, este requisito foi levado a sério. As atividades executadas se destacaram e serviram de referência para outros empreendimentos.

A diretriz do trabalho feito na ELEIOR e exigido pela empresa aos contratados não foi só o cumprimento da legislação, mas também garantir a consciência ambiental do empreendedor.

A partir de 1981, com a entrada em vigor de uma legislação ambiental mais rigorosa, foi implantado uma série de medidas para minimizar e compensar os possíveis impactos que a obra possa causar na fauna, na flora e na vida da comunidade. Para estas atividades, dá-se o nome de Plano Básico Ambiental – PBA, que envolve um número variável de programas e engloba as atividades nos meios físico, biótico e socioeconômico.

Programas Ambientais

Capítulo 2

EMPRESA	PERFIL	PROGRAMA AMBIENTAL REALIZADO
2002		
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS	A empresa foi fundada em 1994 e atuou no Complexo Energético com 15 profissionais.	Comunicação e Educação Ambiental
AMBIOTECH CONSULTORIA AMBIENTAL	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 20 profissionais.	Plano Diretor dos Reservatórios
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 10 profissionais.	Aproveitamento Científico da Flora
CONSTRUTORA TRIUNFO	A empresa foi fundada em 1970 e atuou no Complexo com 50 profissionais	Linha de Transmissão - LT 34,5 kv RAS PCHs
TAHECH ADVOGADOS ASSOCIADOS	A empresa foi fundada em 1999 e atuou no Complexo com 15 profissionais	Licenciamento do Reservatório
		Supressão Vegetal Canteiro UHE Santa Clara
		Assistência Jurídica / Terras

2003

INSTITUTO TECNOLÓGICO SIMEPAR	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Monitoramento das Condições Climáticas
AMBIENTE RURAL	A empresa foi fundada em 2003 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Programa de Desapropriação e Remanejamento
FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS	A instituição foi fundada em 1971 e atuou no Complexo com 15 profissionais	Programa de Caracterização e Monitoramento da Qualidade de Água
APOPIN ASSESSORIA FUNDIÁRIA	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 03 profissionais	Aquisição das Terras
AMBIOTECH CONSULTORIA AMBIENTAL		Programa de Reflorestamento e Adensamento da Faixa Ciliar do Reservatório
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS		Programa de Monitoramento e Resgate da Fauna Terrestre
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA		Programa de Salvamento e Preservação do Patrimônio Arqueológico – UHE Santa Clara
PRESTAC CONSULTORIA	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 07 profissionais	Topografia Assentamento
TAHECH ADVOGADOS ASSOCIADOS		Assistência Jurídica / Expropriação
GMC GEOCONSULTORIA	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 15 profissionais	Implantação Cota 805m e Área de Preservação Permanente - APP
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA		Relatório Ambiental Simplificado - RAS e Licenciamento Linha de Transmissão LT - 138 Kv
APOPIN ASSESSORIA FUNDIÁRIA		Levantamento/Avaliações - LT 138 Kv
MANOEL MARCHETTI INDÚSTRIA	A empresa foi fundada em 1956 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Implantação da Base de Apoio e Centro de Triagem para o Resgate de Fauna
LAMIRI	A empresa foi fundada em 2003 e atuou no Complexo com 50 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório

C.F.K.	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório
MOGNO	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 35 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório
PAVISERVICE	A empresa foi fundada em 1998 e atuou no Complexo com 20 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório
PATOTERRA	A empresa foi fundada em 1999 e atuou no Complexo com 40 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório
PASSOS	A empresa foi fundada em 2003 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório
2004		
KÜRTEN MADEIRAS	A empresa foi fundada em 1980 e atuou no Complexo com 20 profissionais	Implantação das Casas, Barracões para o Reassentamento
AMBIENTE RURAL		Apontadores de Campo
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS		Avaliações da Linha de Transmissão- LT 138
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA		Medição da Supressão Vegetal
HORIZONTE SERVIÇOS	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 50 profissionais	Supressão Vegetal Canteiro UHE-Fundão
GUARASAN	A empresa foi fundada em 1989 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Rede de Água para Reassentamento
CONSTRUTORA TRIUNFO	A empresa foi fundada em 1970 e atuou no Complexo com 50 profissionais	Supressão Vegetal Canteiro UHE-Fundão
RÁDIO EDUCATIVA		Programa de Rádio
AMBIOTECH CONSULTORIA AMBIENTAL		Cercas para o Reservatório UHE-Santa Clara
HORIZONTE SERVIÇOS		Supressão Vegetal Reservatório Santa Clara

M.P.	A empresa foi fundada em 2003 e atuou no Complexo com 25 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório Santa Clara
PRESTAC CONSULTORIA	A empresa foi fundada em 2001 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Cercas Para o Reassentamento
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS		Reavaliação das Propriedades no Entorno UHE's.
RÁDIO DIFUSORA		Veiculação de Programa de Rádio
FRANCISCÓN & PRODÓCIMO	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 45 profissionais	Supressão Vegetal Reservatório Santa Clara
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS		PCA para Ponte sobre o Rio Jordão
2005		
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA	Idem	Medição e Desmate do Reservatório de Santa Clara
AON RISK BRASIL	A empresa foi fundada em 1989 e atuou no Complexo com 02 profissionais	Gerenciamento de Riscos
AMBIENTE RURAL	Idem	Apontadores de Campo
LAMIRI	Idem	Supressão Vegetal Reservatório Santa Clara
RÁDIO ATALAIA		Veiculação de Programa de Rádio
C.H.P. TOPOGRAFIA	A empresa foi fundada em 1998 e atuou no Complexo com 15 profissionais	Implantação Cota 705 m e Área de Preservação Permanente
R.L.S. SERVIÇOS	A empresa foi fundada em 2004 e atuou no Complexo com 25 profissionais	Desmate para a implantação e enchimento do Reservatório da UHE - Fundão
IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA		Programa de Salvamento e Preservação do Patrimônio Arqueológico – UHE Fundão
APOPIN		Elaboração do Imposto Territorial Rural - ITR
ECONERGY BRASIL	A empresa foi fundada em xxxx e atuou no Complexo com 05 profissionais	Crédito de Carbono

JUCEPLAN SERVIÇOS RURAIS	A empresa foi fundada em 2004 e atuou no Complexo com 15 profissionais	Implantação das Cercas para o Reservatório da UHE-Fundão
2006		
B.V.Q.I	A empresa foi fundada em xxxx e atuou no Complexo com 05 profissionais	Validação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo -MDL
APOPIN		Elaboração do Imposto Territorial Rural – ITR - 2006
AMBIENTE RURAL		Monitoramento da Erosão e Assoreamento
2007		
ECO MUNDI	A empresa foi fundada em 2002 e atuou no Complexo com 05 profissionais	Termos de Referência e orçamento para os cinco programas específicos de monitoramento da fauna
LACTEC		P & D Avaliação da Recomposição Florística e sua Associação com a Fauna
2008		
LACTEC		Programas específicos: Ecologia e Conservação da Lontra, Papagaio do Peito Roxo, Cágado Rajado, Pequenos Felinos e Espécies Ripárias
INSTITUTO TECNOLÓGICO SIMEPAR	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Monitoramento das Condições Climáticas
ESMERO PADRONIZAÇÃO VISUAL	A empresa foi fundada em 2000 e atuou no Complexo com 10 profissionais	Implantação das Sinalizações nas Usinas
LACTEC		Qualidade da Água e prospecção de larvas do Mexilhão Dourado
CONSILIU MEIO AMBIENTE & PROJETOS		Livro Memória do Complexo Energético Fundão Santa Clara - CEFSCL Programa de Monitoramento da Ictiofauna Projeto Paisagístico

Programa de Gestão Ambiental e Política Ambiental da ELEJOR

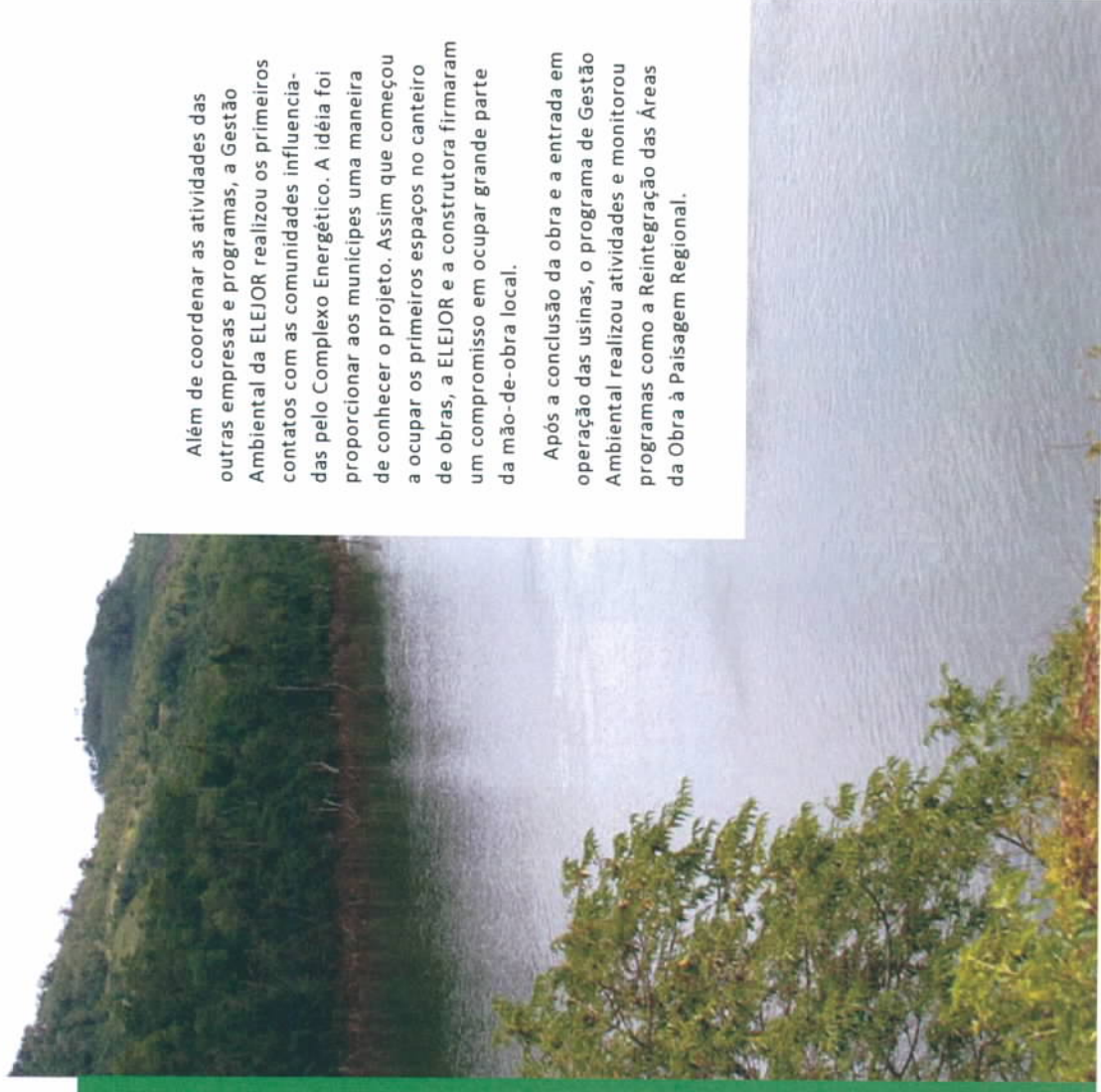
A organização dos programas, a formação das equipes técnicas e o gerenciamento das atividades do PBA fizeram parte do programa de Gestão Ambiental. Uma das principais características do trabalho é repassar às empresas, a política em relação aos cuidados ao meio ambiente.

Política Ambiental:

- Assumir um compromisso irredutível com os mais elevados valores morais e éticos no trato de nossos negócios, respeitando a Legislação Ambiental e estabelecendo uma relação de confiança com os órgãos de controle ambiental.
- Participar efetivamente das Agendas 21 local e estadual, assumindo-as como fórum de discussão e construção de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável, nas suas mais variadas dimensões.
- Respeitar as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais da região onde se insere nosso empreendimento, realizando o máximo esforço para minimizar os impactos negativos e proporcionar ganhos justos a todos os segmentos da sociedade envolvidos.
- Realizar a capacitação contínua de nosso pessoal na área ambiental, habilitando-a a compreender a inserção de nossos empreendimentos na realidade socioambiental atual e a tomar decisões embasadas em verdades científicas.
- Priorizar modelos construtivos pautados em processos ambientalmente limpos e equilibrados, de forma a não desperdiçar matérias primas naturais e diminuir ao máximo os resíduos de qualquer natureza.
- Implantar, manter e aperfeiçoar mecanismos internos de controle e gestão ambiental, de forma a monitorar nosso empreendimento, elaborando discutindo e implementando suas Políticas Ambientais.
- Manter canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, informando-a sobre os aspectos ambientais de nosso empreendimento, e motivando-a a participar das ações de proteção dos recursos naturais e conservação da biodiversidade.

Além de coordenar as atividades das outras empresas e programas, a Gestão Ambiental da ELEJOR realizou os primeiros contatos com as comunidades influenciadas pelo Complexo Energético. A idéia foi proporcionar aos municípios uma maneira de conhecer o projeto. Assim que começou a ocupar os primeiros espaços no canteiro de obras, a ELEJOR e a construtora firmaram um compromisso em ocupar grande parte da mão-de-obra local.

Após a conclusão da obra e a entrada em operação das usinas, o programa de Gestão Ambiental realizou atividades e monitorou programas como a Reintegração das Áreas da Obra à Paisagem Regional.





Caracterização e Monitoramento da Qualidade das Águas

Imprescindível para a vida e também para a geração de energia elétrica, a água recebe atenção especial dos empreendimentos hidrelétricos. No Complexo Energético Fundão Santa Clara, o programa de Caracterização e Monitoramento da Qualidade das Águas foi realizado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPFP), entre março de 2003 e março de 2006.

Dentre os trabalhos realizados, foram analisados em campanhas constantes a qualidade das águas do Rio Jordão na área de influência dos reservatórios das UHEs Santa Clara e Fundão com o estudo de vários requisitos. O programa também compreendeu a captação de dados e a análise de organismos vivos e algas no local. O objetivo da análise era diagnosticar se houve alteração nas propriedades da água do lago, em relação à água do rio caudaloso.

Para verificar as características físico-química da água foram feitas, na área que abrange a UHE Santa Clara, oito campanhas na fase ainda de rio corrente e sete estudos quando o reservatório já estava formado. Os pontos de coleta se estenderam desde antes da confluência do Rio Pinhão com o Rio Jordão, até próximo a foz, no reservatório da Usina de Salto Segredo.

A temperatura, a condutividade iônica e o potencial hidrogeniônico (pH), foram alguns dos parâmetros determinados em campo. Já em laboratório, as análises abrangeram aspectos como: a turbidez, a cor, a presença de metais e outras substâncias químicas, coliformes fecais, entre outros. O técnico responsável pelo trabalho, o engenheiro químico André Virmond Lima Bittencourt, consultor da Fundação de Pesquisas Florestais, coordenadora do programa, explica que a qualidade da água no local não variou com a formação dos reservatórios. "Os pontos que antes eram monitorados a jusante (abaixo) da barragem de Santa Clara, depois passaram a ser os pontos monitorados no reservatório de Fundão", conta o engenheiro.

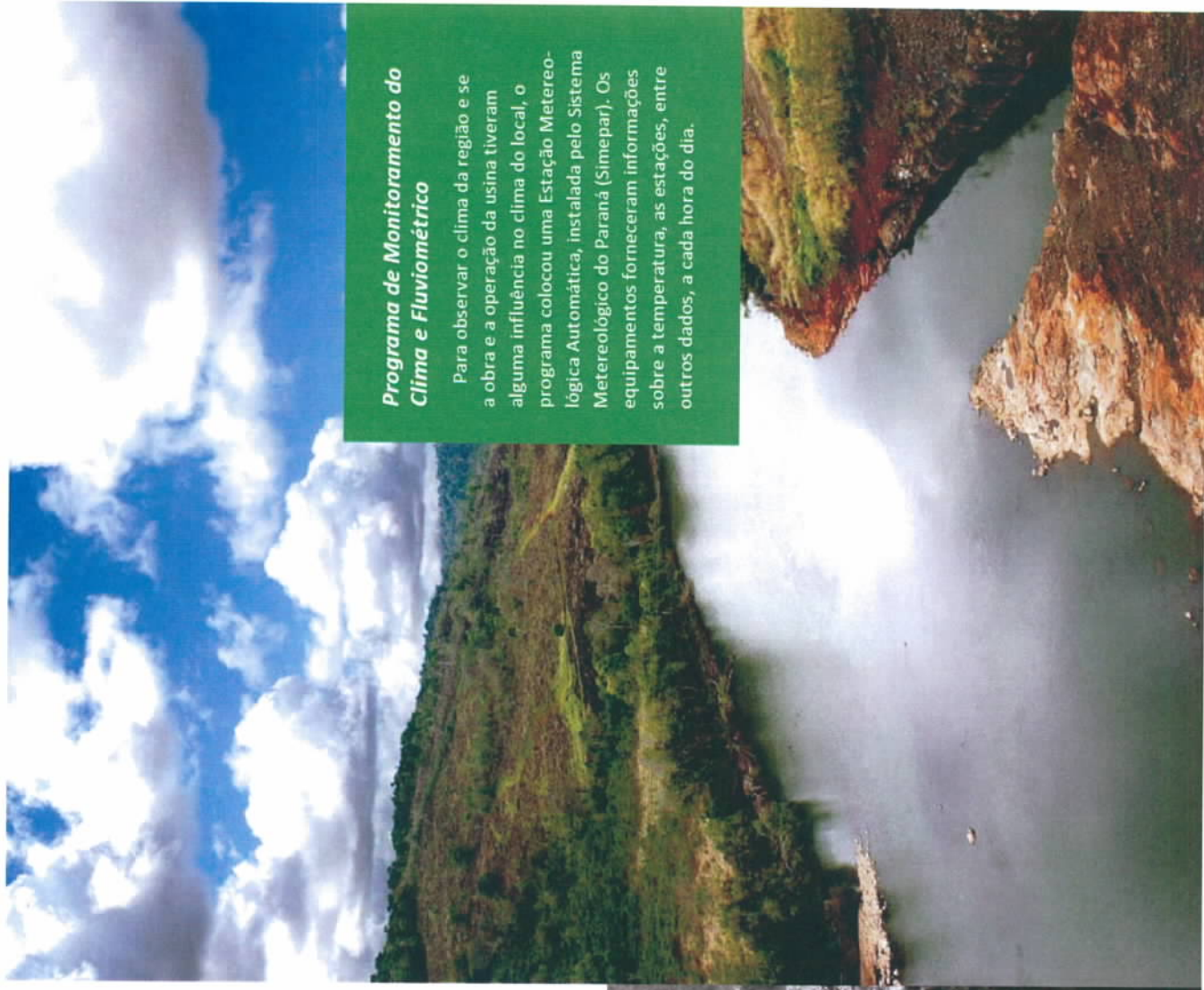
Uma das áreas do reservatório da UHE Santa Clara recebeu atenção especial. O local é próximo a uma indústria de papel que despeja os efluentes no lago. Nem mesmo com uma condição atípica, a qualidade da água sofreu alteração, apresentando assim, boa qualidade. "Ali será um local que precisará de monitoramento constante. Os cuidados da indústria são grandes, mas qualquer novo processo químico implantado poderá fazer com que algum componente seja depositado no rio", conclui Virmond.



Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas, da Erosão e Assoreamento e Avaliação da Faixa de Deplecionamento para a UHE Santa Clara

A erosão é um processo de deslocamento de solos e rochas, que são transportados pela água ou pelo vento. A formação de processos erosivos em um reservatório pode causar o assoreamento do lago e prejudicar a geração de energia. O programa desenvolvido no Complexo Energético Fundão Santa Clara pesquisou, monitorou e indicou ações para que a vida útil dos reservatórios fosse preservada. O trabalho realizado também contribuiu para a manutenção das matas ciliares e as áreas de preservação permanente.

Com a formação do lago da usina de Fundão foram identificados quatro pontos com maior fragilidade em relação à estabilidade das encostas. A suscetibilidade se deu pela ação de cursos d'água e também quanto a inclinação. Apesar dos locais identificados e do efetivo monitoramento, a cada seis meses, as áreas no entorno dos reservatórios são classificadas como de excelentes condições.



Programa de Monitoramento do Clima e Fluviométrico

Para observar o clima da região e se a obra e a operação da usina tiveram alguma influência no clima do local, o programa colocou uma Estação Meteorológica Automática, instalada pelo Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar). Os equipamentos forneceram informações sobre a temperatura, as estações, entre outros dados, a cada hora do dia.



Programas de Limpeza do Reservatório e do Canteiro de obras

As atividades foram coordenadas pela ELEJOR e executadas por até seis empresas simultaneamente. Cada área, tanto do canteiro de obras quanto do reservatório de cada uma das usinas, levou cerca de um ano para serem limpos. O trabalho foi feito com o máximo de precisão possível e é mais um destaque na implantação do CEFSC.

Nas áreas dos reservatórios - 1,3 mil hectares em Santa Clara e 82 hectares em Fundão - foram desmatados e limpos com balizamento milimétrico. A cota máxima marcou até onde a água, poderia chegar e, também, o limite para as máquinas e trabalhadores. "A cada 25 metros, um marco com 50 cm, metade dentro da terra e parte para fora, delimitava o local. Uma bandeira vermelha deixava claro qual era o limite do desmatamento", conta Wolff.

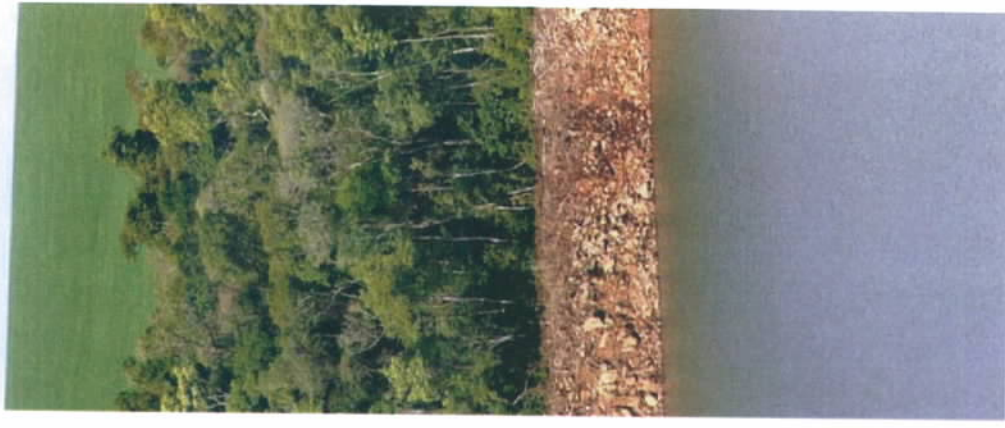
A medida garantiu que nenhuma árvore fosse cortada desnecessariamente. O efeito do balizamento pode ser visto atualmente quando o volume de água diminui no reservatório de Santa Clara. O visual fica dividido em camadas e deixa claro como a vegetação recuperou-se mais rapidamente.

A madeira retirada da limpeza dos reservatórios foi utilizada para a formação das cercas que mantiveram a Área de Preservação Permanente. Ao todo, foram cercados 110 quilômetros, 80% do lago de Santa Clara. A galhada e o restante dos materiais foram enterrados para evitar a queima e a emissão de gases nocivos à atmosfera.

Programa de Reflorestamento e Adensamento da Faixa Ciliar do Reservatório

As áreas verdes que hoje ocupam o entorno dos reservatórios do Complexo Energético Fundão Santa Clara começaram a ser recuperadas em 2002 e duraram até novembro de 2006 com o replantio das áreas adjacentes do lago da UHE Fundão. Para o reservatório de Santa Clara, foi estimado o plantio de quase 150 mil mudas, mas o número foi superado e a quantidade chegou até 187.516. Nas regiões abrangidas pelo lago da UHE Fundão foram plantadas 33.330 mudas. A quantidade de plantas excedeu as estimativas por causa do replantio feito em algumas áreas e a colocação de mudas produzidas no Aproveitamento Científico da Flora.

A relação entre os dois programas foi significativa para superar o desafio de recompor a área. As atividades do Aproveitamento Científico da Flora garantiram a conservação do germoplasma (unidades conservadoras de material genético) das principais espécies arbóreas que foram suprimidas durante o desmate.



Recobrir, com vegetação nativa, as áreas próximas ao reservatório é importante para proteger os corpos de água da erosão nas encostas e do assoreamento dos lagos. A recomposição de faixas ciliares também ajuda a recuperar áreas degradadas pelo homem. Outra vantagem é a formação de um ambiente favorável para a sobrevivência de mamíferos e de aves, disponibilizando alimento e proteção aos animais.

O programa também contribuiu para o conhecimento científico das espécies. O acompanhamento sistemático dos plantios trouxe mais conhecimento sobre as técnicas silviculturais relativas à recomposição florestal de áreas degradadas.

As atividades do programa tiveram início com a análise do levantamento florístico e fitossociológico da vegetação, realizado entre os meses de setembro e outubro de 2002. O trabalho foi a principal referência para definir a distribuição proporcional das espécies nos reflorestamentos, adensamentos e enriquecimentos das áreas.

Com a identificação das principais espécies, foram produzidas mudas em viveiros para posterior plantio em locais estratégicos na faixa de preservação. As mudas geradas em viveiros também foram distribuídas ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Conforme um termo de compromisso assinado com o órgão, a ELEJOR forneceu cerca de 500 mil mudas de mais de 30 espécies nativas. Grande parte dessas plantas foi obtida com a utilização de sementes da própria área de alagamento. A frente dos trabalhos, o engenheiro florestal da Ambiotech Consultoria Ambiental, responsável pelo programa, Ricardo Lantas, conta o que representou esse trabalho: “A quantidade de mudas e espécies que conseguimos entregar ao IAP ajudou a melhorar a diversidade de plantas no Instituto. Quanto mais ampliamos os tipos de plantas, mais nos aproximamos da vegetação nativa do local”.

A definição das espécies que recobriram a área foi feita com base na utilização das informações sobre a bacia hidrográfica do Rio Jordão e nas análises do programa de Aproveitamento Científico. Com base no projeto, 30 mil mudas foram plantadas com o intuito de acompanhar o desenvolvimento das espécies. Sarandis, Callandras, Maricás e Erithrinas, foram algumas das plantas escolhidas por se adaptarem ao ambiente úmido e pedregoso do rio e das encostas.

Para realizar o trabalho de plantio, a ELEJOR promoveu um treinamen-

to de mão-de-obra. A ideia inicial era utilizar o pessoal da própria região, mas de acordo com o lantas, o trabalho não foi feito. “Não havia gente suficiente por perto. Grande parte das áreas eram de grandes proprietários e a dificuldade em levar pessoas de outros lugares inviabilizou o projeto

Até o final de outubro de 2003 já tinham sido plantadas 16 espécies diferentes. No final do mesmo mês foi realizado um levantamento de sobrevivência das mudas. Os índices variaram de 100%, nos locais onde ocorriam macegas e intensa regeneração natural, a 75% em áreas de agricultura e pastagem.

Os técnicos também encontraram

como obstáculos ao plantio e regeneração da mudas, o clima da região com as fortes geadas e agentes naturais como formigas. Mas, nas áreas de pastagens, o maior desafio foi conter a invasão do gado que se alimentava dos brotos novos e pisoteava as pequenas plantas.

Para conter o avanço dos animais, a ELEJOR cercou toda a faixa de APP.

Foram mais de 110 quilômetros de cerca, sendo 90 quilômetros no reservatório de Santa Clara e 20, no lago de Fundão. A atitude foi inédita no País e serviu de exemplo para outros empreendimentos hidrelétricos do Brasil. “Aproveitamos a madeira do desmatamento da limpeza do canteiro e da área da represa para fazer o cercamento. Procuramos sempre dar um destino ao material e compensar qualquer tipo de impacto no meio ambiente”, explica o coordenador da área ambiental da ELEJOR, Luiz Eduardo Wolff.

Além de reflorestar toda a área de entorno do reservatório, a empresa também recuperou as áreas de canteiro de obras dos dois empreendimentos. Os locais estão em plena reestruturação e a vegetação volta gradativamente ao seu estado natural.

Três tipos de áreas foram abordadas:

- áreas ocupadas por agricultura: onde o uso do solo, decorrente do cultivo, não dava condições de regeneração natural. Os plantios eram realizados em linha, com espaçamento de cinco metros. Em cada hectare foram plantadas cerca de 400 mudas.
- áreas ocupadas por campo e pastagem: havia a regeneração em alguns pontos, com o crescimento de plantas isoladas. Diferente da anterior, o plantio nas áreas que antes eram ocupadas por campos ou pela pecuária, é feito em blocos, com a mesma quantidade por hectare.
- áreas ocupadas por floresta em regeneração: com um regeneração de baixíssima diversidade, no caso das capoeiras e com empobrecimento gradativo da comunidade florestal – faxinais – as áreas também foram revitalizadas em blocos, com a densidade de 400 mudas por hectares.

Programa de Aproveitamento Científico da Flora

O trabalho começou em maio de 2003 e tinha como objetivo coletar espécies de plantas da região e garantir a permanência do material genético das mesmas. Mas, as atividades tiveram uma importância significativa para o conhecimento da vegetação local. A ELEJOR solicitou aos profissionais, que os estudos fossem os mais completos possíveis. As ações de campo foram minuciosas. "Um dos resultados foi a descoberta de um Cedrinho (*Cedrella illoiri*) na área. Não que a árvore não existisse, mas a planta sempre era confundida com um Cedro comum. A dedicação e atenção ao trabalho foram imprescindíveis para a determinação correta da espécie", explica o engenheiro florestal Ricardo Lantas.

O programa de Aproveitamento Científico da Flora serviu como apoio as atividades do Reflorestamento e Adensamento da Faixa Ciliar do Reservatório, mostrando a interatividade entre as ações realizadas. Na coleta das sementes, um estudo científico foi feito para diagnosticar quais as plantas que tinham mais dificuldades para gerar e disseminar descendentes na floresta.

Nos anos de realização do trabalho, a equipe responsável conseguiu coletar e encaminhar ao Instituto, mais de 500 mil sementes. O material foi colocado em um viveiro do IAP em Guarapuava, que produziu mudas de mais de 30 espécies diferentes. Das plantas produzidas e cultivadas no local, uma parte - cerca de 35 mil mudas - foram doadas para a comunidade. As plantas mais comuns eram o Itarumã, a Imbuia, a Canela-amarela, a Grábia, a Farinha-seca e o Açaita-cavalo.

O programa também interagiu com outros setores de pesquisa da região. Os estudos feitos na área geraram uma coleção botânica com mais de 100 amostras de exócatas que foram destinadas a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e para o Museu Botânico, localizados em Irati e Guarapuava.

O grupo responsável também realizou a coleta e a relocação de epífitas (orquídeas e bromélias) para fora da área do reservatório. As plantas foram colocadas em locais sem risco de inundação, formando 10 jardins de epífitas, cumprindo a meta traçada.

Na opinião de Lantas, integrante da equipe responsável pelos programas de Aproveitamento Científico da Flora e de Reflorestamento e Adensamento da Faixa Ciliar do Reservatório, o Complexo Energético Fundação Santa Clara é um divisor na questão ambiental de grandes empreendimentos.

"Houve um salto grande com a instalação destes dois reservatórios. A relação com o meio ambiente foi totalmente diferente do que era feito por outras empresas. Todos os desafios foram cumpridos. As obras marcam uma mudança de filosofia quanto o assunto é instalação de barragens", conclui.

Programa de Monitoramento e Resgate da Fauna e Ictiofauna

O ponto alto do programa de Monitoramento e Resgate de Fauna e de Ictiofauna de uma usina hidrelétrica, acontece no enchimento do lago. Profissionais são deslocados até a área e passam grande parte do tempo percorrendo, de barco e por terra, o lago em busca de animais ilhados ou assustados com a subida das águas. Mas o trabalho para salvar o maior número de espécies possíveis começou bem antes do alagamento do reservatório.

Desde o início, na abertura da área para o canteiro de obras, uma equipe de profissionais já atuava no monitoramento e resgate de animais. Durante toda a obra, foram realizadas campanhas para verificar as espécies da região e as influências que a nova usina poderia causar na fauna e nos peixes.

Quatro meses antes do enchimento do reservatório, que ocorreu no dia 22 de abril de 2005, em Santa Clara, a equipe da Consilium Meio Ambiente & Projetos, empresa responsável pelos cuidados com a fauna, fez um trabalho especial de levantamento de dados.



Cuidados especiais antes do enchimento do lago:

Janeiro: levantamento de mamíferos e invertebrados.	Março: verificação de estruturas físicas, localização do centro de triagem e vias de acesso às áreas.
Fevereiro: novas saídas de campo para verificar os exemplares da mastofauna, ornitofauna e herpetofauna.	Abril: planejamento final para o resgate.

Para realizar as atividades de resgate foi montado um centro de triagem com uma área ampla para receber os animais, sala de preparo e atendimento para animais de pequeno, médio e grande porte, sala para répteis e anfíbios, almoxarifado, cozinha, banheiro e instalações para os profissionais.

O grupo de trabalho foi formado por biólogos, veterinários e pessoas de apoio, divididos em três frentes: equipe de terra, de barco e de triagem. Além dos especialistas em cada área, os profissionais tiveram a contribuição da COPEL, do Batalhão da Polícia Florestal da Polícia Militar do Estado do Paraná, do Museu de História Natural Capão da Imbuia, Prefeitura Municipal de Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba e *Campus Toledo*, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A equipe responsável pelo resgate recebeu um amplo treinamento para a capacitação dos agentes. Durante o processo foram abordados temas como a importância do uso dos equipamentos de proteção individual, o uso correto de coletes salva-vidas, perneiras, luvas de raspa de couro e manuseio dos materiais para realizar a contenção e captura dos animais.

O enchimento do reservatório aconteceu de forma gradual e mais lenta que o previsto. Com a área já desmatada, a ocorrência de animais foi considerada baixa, em relação a outros resgates em empreendimentos deste porte. Por isto, a mobilização de pessoas foi reduzida semanalmente, variando de 10 a 12 profissionais.

Após as primeiras três horas de fechamento das comportas, teve início um processo gradativo de vazão. Chegando até 7 metros cúbicos por segundo nos dias que se seguiram. Os trabalhos de resgate começaram no

período da manhã, no trecho que fica entre a barragem até a confluência com o rio. Na parte da tarde e durante a manhã seguinte, uma equipe permaneceu na jusante da barragem (na área acima ao barramento), e outra equipe concentrou as atividades de resgate à montante da PCH Santa Maria. “Alguns resgates eram imprevisíveis. Os roedores e marsupiais surgiam em maior número e se aglomeravam em cima de arbustos e pequenas árvores. Durante o resgate dos animais de pequeno porte, por diversas vezes, apareceram cobras e alguns lagartos. Lembro também que durante a inspeção em bromélias, nas copas das árvores, onde muitos marsupiais como a Marmosa (*Gracilinamus Microtursus*) podem se esconder, encontramos uma cobra coral-verdadeira”, conta a bióloga Maria Dolores Domit, que participou ativamente do resgate.

Para retirar os animais peçonhentos eram usados ganchos e laços. Luvas de couro foram utilizadas para pegar animais como lagartos, roedores e pequenos mamíferos. Nem mesmo os invertebrados foram deixados para trás. Com o auxílio de uma pinça e luvas, animais como aranhas e lacraias, foram retirados das áreas conforme a água subia...

Os peixes encontrados em poças ou em pequenas lagoas, foram capturados com as mãos ou com a ajuda de puçás e peneiras para serem devolvidos ao rio. Aqueles que foram encontrados mortos, mas em bom estado de conservação, ou os que não tinham chance de sobreviver foram acondicionados e encaminhados para laboratórios e instituições de pesquisa.

Por terra, a outra equipe de trabalho começou as atividades pelas ilhas recém formadas, dando apoio aos responsáveis que estavam no barco. Em terra o número de animais resgatado foi considerado pequeno. Após a captura, os exemplares foram encaminhados até o centro de triagem para receber o destino adequado.

Os registros mostram que foram resgatados quase 2.400 animais. De acordo com a bióloga, o relevo da área, com vales encaixados, contribuiu para o número elevado e a diversidade de espécies.

Grupo Faunístico	Quantidade
Avifauna	7
Herpetofauna	390
Íctiofauna	1.031
Invertebrados	426
Mastofauna	533
Total	2.387

Entre os dias 10 e 25 de maio de 2005, começou o enchimento do lago da usina hidrelétrica Fundão. Mesmo tendo somente 10% do tamanho do reservatório da UHE Santa Clara, a fauna e a flora do local mereceram os mesmos cuidados que na inundação anterior. O nível de água subia meio metro por hora e a equipe teve que se apressar para realizar o trabalho de resgate dos animais. "Nem mesmo as aranhas que escalavam a parede da barragem foram deixadas para trás", explica a bióloga Maria Dolores.

Nos seis dias, as equipes responsáveis pelo trabalho de resgate, conseguiram retirar da área, cerca de mil animais que, conforme determinação do IBAMA, foram soltos em áreas elevadas e tiveram uma melhor condição de sobrevivência.

Depois do enchimento dos reservatórios, o trabalho continuou com o monitoramento das espécies. Os registros mostram que houve reprodução nas áreas e que os animais continuaram a ocupar os habitats.

Implementação da Unidade de Conservação

De acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), N° 002/1996, para reparar danos ambientais pelo impacto em florestas ou outros ecossistemas, grandes empreendimentos têm que destinar uma área para ser utilizada como unidade de conservação. O tamanho do local varia de 0,5 a 1% do total da obra.

Para cumprir a legislação, a ELEIOR sugeriu alguns locais para o órgão ambiental. Como não houve um acerto na área correspondente, o investimento para a compra da unidade de conservação foi depositado em uma conta específica. O destino do montante cabe ao órgão regulador do meio ambiente.



A legislação ambiental prevê que um ano antes do início de qualquer obra seja feito o salvamento de sítios arqueológicos já localizados. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN conceder a permissão ou a autorização necessária ao licenciamento de projetos de pesquisa arqueológica. O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Santa Clara revelava a possível existência de seis sítios arqueológicos. Durante as pesquisas, a coordenadora do programa, a doutora em arqueologia, Claudia Inês Parellada, conta que os pesquisadores tiveram uma surpresa: “Encontramos um número muito maior de sítios. Acredito que a oferta de recursos naturais da região oferecia mais condições para a sobrevivência e a fixação de aldeias”.

As primeiras evidências de povoamento no Sudoeste Paranaense remontam cerca de 10 mil anos atrás e estão relacionadas aos caçadores-coletores da Tradição Umbu, no Vale baixo Iguaçu. As áreas compreendidas entre o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Nordeste da Argentina também eram ocupados pelos grupos de Tradições Bituruna, Umbu e Humaitá.

Os estudos arqueológicos preliminares no CEFSC mostraram que, na região da UHE Santa Clara foram encontrados cerca de 50 novos sítios. “Os vestígios estão ligados às Tradições Itararé/Taquara”, explica a arqueóloga. Na área da UHE Fundão foram localizados mais de 60 sítios. “Há indícios de que existiu uma grande aldeia que pode ter sido usada por várias tribos em diversas épocas”, completa Claudia.

Apesar do número de sítios encontrados ter superado as expectativas, a pesquisadora comenta que 40% dos vestígios já haviam sofrido algum tipo de ação humana e, principalmente, com as atividades agrícolas na região. “Por se tratar de um vale, as transformações naturais também contribuíram para que o material fosse misturado”, conta a doutora.

Assim que os estudos em laboratório forem concluídos, os materiais

Programa de Salvamento Arqueológico

“O patrimônio arqueológico é a parcela de uma herança maior, deixada pelas gerações passadas, administrada, usada e usufruída pela geração presente, mas com transmissão obrigatória para as gerações futuras (Schmitz, 1988)”.

O pensamento acima faz parte do relatório do programa, entregue a ELEJOR em dezembro de 2005. A frase indica um dos maiores objetivos deste programa, que também é o de identificar as tribos e preservar o patrimônio arqueológico. As atividades começaram em julho de 2003, a coleta de dados foi feita com a análise de materiais bibliográficos e fotos aéreas; visitas e escavações nas áreas onde hoje são ocupadas as estruturas, os lagos, as estradas de acesso e onde já estiveram os canteiros de obras. Os trabalhos do programa seguem até hoje. Os materiais encontrados estão em fase de teste de laboratório para serem descobertos as tradições a que pertencem e a idade.

Povos antigos que habitaram o Paraná

Tradição Bituruna: grandes pontas de projéteis pedunculadas e foliáceas, além de raspadores feitos sobre lascas, microlascas e lâminas.

Tradição Umbu: sítios pré-cerâmicos caracterizados pelas pontas de projéteis. Habitaram tanto abrigos quanto locais a céu aberto.

Tradição Humaitá: sítios pré-cerâmicos do interior que não possuem pontas de projétil de pedra, mas tem grande proporções de artefatos sobre bloco, onde se destacam bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores.

Tradição Itararé: característica das terras altas do Sul do Brasil. Estão relacionadas a atenuados de grupos indígenas do Tronco Linguístico Iê.

Tradição Tupiguarani: grupos ceramistas patricantes de uma agricultura incipiente, que ocuparam as regiões com florestas úmidas do Sul da América do Sul.

encontrados ficarão sob a guarda do Museu Paraense e também serão destinados ao Museu Regional do Iguaçu. Para a coordenadora do programa de Salvamento Arqueológico, o material poderá ser disponibilizado para exposições itinerantes nos municípios abrangidos pelas duas usinas.

Programa de Gerenciamento de Riscos

O objetivo deste programa é reunir um conjunto de ações, baseados em normas e instruções de trabalho, direcionados a gestão de todas as atividades que tem potencial de ocasionar acidentes. Um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) engloba também:

- Informações de segurança;
- Política de análise e revisão de riscos;
- Gerenciamento de mudanças;
- Garantia da integridade de sistemas críticos;
- procedimentos operacionais de parada e partida;
- política de capacitação e treinamento;
- gestão de terceiros;
- procedimentos de investigação de incidentes;
- procedimentos de emergência;
- auditorias.

No Complexo Energético Fundão Santa Clara foi aplicada a Análise Preliminar de Riscos (APR), a técnica teve origem na área militar e é exigida pelo departamento de defesa dos Estados Unidos desde 1984. O objetivo do método é identificar os possíveis perigos/riscos que possam ocorrer em uma instalação.



As principais características analisadas pela APR são os fatores do meio ambiente que podem interferir nos equipamentos e materiais do empreendimento, operação, teste, manutenção e procedimentos emergenciais, recursos de apoio, equipamentos relativos à segurança, substâncias e equipamentos perigosos dos empreendimentos, interface entre equipamentos dos sistemas e as substâncias.

Nas usinas de Santa Clara e Fundão foi feita uma inspeção técnica para o levantamento das características do empreendimento, como equipamentos, sistemas de segurança e proteção ambiental, materiais perigosos e seus estoques, operações realizadas, estado de conservação, organização, limpeza, acesso, implantação, limites, histórico de incidentes, entre outros.

O Plano de Gerenciamento de Riscos do Complexo Energético Fundão Santa Clara abrangeu todas as fases, desde o processo de instalação, até o início da operação, manutenção, instalação de novos equipamentos até a completa desativação. O PGR dos empreendimentos é permanente e atualizado periodicamente dependendo das atividades.

Programa de Desapropriação e Reassentamento

Comunidade da Fartura, no distrito da Paz, no município de Candói. Este é o novo endereço das seis famílias que foram realocadas por causa da construção da UHE Santa Clara. Com 1,3 mil hectares de área, incluídos



Dentro dessas das características, também foi levado em conta às questões culturais. A identificação com o município, a vida das famílias e o contato com as pessoas da cidade, escolas, atividades religiosas, comércio, instituições de saúde e afetivas, foram determinantes para a designação da nova terra.

Atendendo todas estas características, foi escolhida a propriedade Fazenda Volta Grande, com a anuência de todas as famílias. A área total do imóvel que foi dividido entre os Ferreiras, era de quase 84 hectares.

Família	Área	
	Antes	Depois
Arlindo Ferreira Lote 01	9,680 há	16,955 há
Augusto Ferreira Lote 02	7,26 há	15,822 há
Vitalino Ferreira Lote 03	9,68 há	13,864 há
Valdevino Morais Lote 04*	0 há	10,246 há
Pedro Ferreira Lote 05	9,68 há	12,100 há
Basilio Ferreira Lote 06	9,680 há	14,920 há
TOTAL	45,98 há	83,907 há
*O senhor Valdevino Morais era arrendatário, não possuía terra.		
**Os senhores Jardelino Ferreira e Livaldino Ferreira não optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo e negociaram diretamente com a ELEJOR.		

Além da terra, as famílias encontraram na nova casa um ambiente com infra-estrutura para morar e produzir. Em cada uma das glebas foi construída uma casa com cerca de 58 metros quadrados, um galpão de alvenaria de 18 metros quadrados, rede de água e esgoto e energia elétrica, estradas cascalhadas e cercado. Os beneficiados também tiveram uma ajuda para custear os móveis e eletrodomésticos.

Assim que passaram a ocupar o novo espaço, os produtores receberam auxílio para a exploração agropecuária. Também foi dada às famílias duas vacas da raça Simental para a implementação na produção de leite e carne, impulsionando a geração de renda. As três primeiras safras de milho e feijão, produzidas nas terras, foram subsidiadas pela ELEJOR.

estruturas e reservatório, somente oito famílias precisam ser transferidas do local. A mudança foi feita com todos os cuidados necessários e com o compromisso de que o novo lugar trouxesse mais qualidade de vida para os moradores que o anterior.

A área diretamente afetada pela usina e que era usada pela família Ferreira tinha pouco mais de 45 hectares. A terra era dividida em oito partes com tamanhos diferentes e os moradores não tinham acesso a saneamento, água encanada e energia elétrica. A realidade das famílias que ocuparam a área se mostrou difícil e crua e melhorá-las era algo imprescindível.

Para realocar as famílias, a equipe responsável levou em conta alguns fatores. Era necessário dar melhores condições de habitação, uma maior quantidade de terra e uma qualidade melhor para que fossem desenvolvidas as culturas agrícolas e criação de animais como bovinos de leite e corte, ovinos, caprinos, suínos e aves. A nova propriedade também teria que oferecer condições naturais de água, áreas de mata para a reserva legal e produção de lenha para o consumo das próprias famílias.

As famílias já vivem na área há mais de quatro anos e utilizam a terra para o plantio de milho e feijão e para a produção de leite. A proprietária rural Lourdes Moraes, esposa de Valdevino Moraes, foi um das beneficiadas com o reassentamento. Morando com o marido e o filho na casa dada pela ELEJOR, ela conta as diferenças da nova vida em relação a antiga moradia. “Agora é melhor. Antes a casa não era nossa, agora tem tudo direitinho. Terra, plantação, tudo”.

Safr	Cultura	Subsídio/Família	Total
2003/2004	milho/feijão	R\$ 6.525,00	R\$ 26.100,00
2004/2005	milho/feijão	R\$ 4.700,00	R\$ 28.200,00
2005/2006	milho	R\$ 3.605,00	R\$ 21.630,0

As demais áreas atingidas eram formadas por propriedades rurais de portes maiores. O relevo do entorno do reservatório foi ocupado pelos lagos e pelas Áreas de Preservação Permanente das usinas, eram consideradas de grande valia para o meio ambiente. Com a formação da represa, essas áreas teriam a mata ciliar mantida, representando muito para a preservação dos ecossistemas locais. Já para os produtores rurais, a destinação das áreas para a agricultura ou para a criação de animais, em sua maioria, era inviável pela declividade acentuada e por serem locais destinados a manutenção da flora e da fauna. Assim, as negociações foram feitas de forma pacífica e rapidamente.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental

Os dois programas foram trabalhos em conjunto no Complexo Energético Fundão Santa Clara. O programa de Comunicação Social foi uma ferramenta para a divulgação de informações e conceitos que contribuíram significativamente para a Educação Ambiental. A Comunicação Social, por meio de um canal aberto entre a ELEJOR e a comunidade, fomentou a curiosidade, contribuiu no esclarecimento de dúvidas e gerou credibilidade à empresa. No desenvolvimento das atividades, a conclusão a que se chegou é que o acesso a informação contribui na formação de um cidadão comprometido com o meio ambiente, objetivo também do programa de Educação Ambiental.

Educação Ambiental – visa modificar as relações entre a sociedade e a natureza, a fim de melhorar a qualidade de vida, a transformação

do consumismo, criando uma sociedade solidária, afetiva e baseada na cooperação.

Para desenvolver o programa, a equipe da Consiliu Meio Ambiente & Projetos, responsável pelos programas, usou uma metodologia prática que garantiu a interação com os diversos segmentos e um amplo conhecimento do universo em que as ações seriam desenvolvidas. A partir das informações que a ELEJOR tinha das áreas da UHE Santa Clara e UHE Fundão e de toda a população, o grupo de trabalho discutiu cada uma das ações, mantendo assim uma relação próxima entre o empreendedor e os anseios de abordagem da comunidade.

Além do relacionamento com a ELEJOR, a equipe manteve contato direto com prefeitos e secretários das cidades de Cândói, Foz do Jordão e Pinhão, dando assim, uma continuidade às atividades do programa. Nas reuniões realizadas foi definido o público-alvo do programa: os professores e alunos das escolas da rede pública de ensino.



A identificação das atividades com a realidade do município foi imprescindível para o sucesso do programa de Educação Ambiental. As ações elaboradas e os materiais foram direcionados às pequenas comunidades que nem sempre têm acesso a cursos de atualização e qualificação.

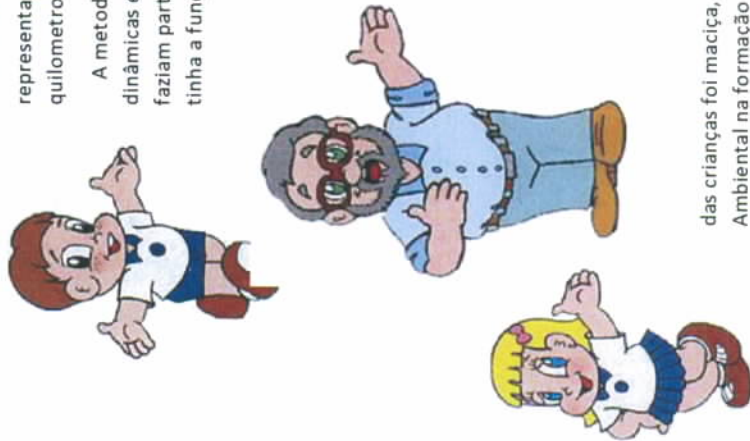
A primeira atividade desenvolvida foi a realização do Curso de Capacitação dos Professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino. A ideia do programa era formar multiplicadores de conhecimento. Foram reunidos 163 professores nas oficinas, que passaram as informações aos colegas e assim por diante. Na época, os educandários das duas cidades tinham quase 600 docentes que atuavam na área urbana e rural das cidades.

A distância não foi empecilho para a participação. Alguns representantes do município de Pinhão viajaram cerca de 75 quilômetros para assistir as aulas.

A metodologia do curso envolvia apresentações, palestras, dinâmicas e, como ferramentas, cartilhas e gibis. As peças faziam parte do material de apoio da Educação Ambiental e tinham a função de levar informação aos professores, fornecendo base para a ligação entre os conteúdos ministrados e para a implantação de projetos ambientais nas escolas.

Para repassar as informações no Curso de Capacitação, os profissionais contaram com a ajuda de três personagens: o Professor Jordão, a Candinha e o Zé do Pinhão. Criados pelo cartunista Marcos Vaz, especialista em arte-educação, os três *cartoons* fizeram parte dos materiais do programa e ajudaram a difundir o conhecimento. “Foi muito interessante porque realmente os professores foram disseminadores da informação. Além dos colegas, eles repassaram aos alunos. Uma prova foi o concurso de redação realizado em 2004. A participação

das crianças foi maciça, mostrando o quanto é importante a Educação Ambiental na formação de uma consciência ecológica”, conta a diretora técnica da Consilium Meio Ambientes e Projetos, Maria Alice Cordeiro Soares, responsável pelo programa.



Dentro de uma das fases do curso de capacitação foi lançado o Desafio Ambiental, que visava valorizar os trabalhos dedicados à natureza pelos professores e alunos. “Cada um dos municípios resolveu participar de uma maneira. Um bom exemplo, foi um projeto de horta comunitária, de uma escola”, conta a bióloga.

O programa de Educação Ambiental também realizou atividades pontuais que incentivaram a comunidade a realizar atividades em prol do meio ambiente. Em Foz do Jordão, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Meio Ambiente foi desenvolvido o projeto Natal Ecológico.

A decoração natalina foi toda feita com material reutilizável, principalmente garrafas PET.

A organização e elaboração da atividade começaram muito antes da chegada do final do ano. Em agosto de 2004, uma gincana incentivou as escolas a reciclar o lixo. Uma das tarefas da brincadeira levada a sério pelos alunos era coletar garrafas de refrigerante. O empenho foi tanto que o número chegou a 5 mil unidades, e como a atividade se estendia na continuação do ano letivo, o número foi ainda maior.

A transformação de lixo em arte, de garrafas recicláveis em enfeites natalinos foi feita com a ajuda de dois instrutores. O resultado foram árvores, bonecos, velas, entre outros objetos que lembram a data festiva do Natal. Em Foz do Jordão, o programa de Educação Ambiental também promoveu um espetáculo teatral com o tema cidadania, reciclagem e resgate dos valores.

Em Candió, o programa apoiou a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente na implantação e incentivo da coleta seletiva. Os conceitos de reciclagem foram passados pelos alunos do município em reuniões nas comunidades. Para manter viva a lembrança de como deve ser a sepa-



ração de lixo, a equipe do programa idealizou cartazes com figuras lúdicas e de fácil assimilação. “As crianças realmente aprenderam como deve ser separado o lixo”, explica a diretora.

Comunicação Social: a população dos municípios de Candói, Foz do Jordão e Pinhão receberam informações sobre a obra, os cuidados ambientais e todas as fases de implantação. O canal construído com a comunidade foi transparente e com muita credibilidade. A interação do programa com a sociedade local podia ser medida principalmente com o retorno dos moradores nos cursos de capacitação e até por e-mail.

Entre as ferramentas utilizadas, foi criado um jornal. Com quatro páginas e circulação bimestral, o informativo

levava, na primeira página, acontecimentos da obra. Na segunda, a mensagem da diretoria e entrevista com representantes da comunidade (professores, líderes comunitários e de órgãos públicos, entre outros). Na página seguinte eram exibidas as atividades dos programas ambientais e, na última, informações sobre o meio ambiente e a comunidade. A distribuição do material era feita nas autarquias e nas empresas públicas paranaenses.

As ondas do rádio também transmitiam notícias do Complexo Energético. O Programa Santa Clara Fundão – Uma nova energia tinha pouco minutos de duração, mas muitas informações, sendo veiculada uma vez por semana nas emissoras Difusora AM, Atalaia AM e na Universitária FM. A marca registrada era o jingle, que foi gravado pelos artistas “Maikel e Andressa”.

O programa de Comunicação Social também realizou eventos para o relacionamento com a comunidade. A 8ª Festa

Relembrando:

O Programa Santa Clara Fundão - Uma energia no ar Bom dia. Está no ar mais uma edição do Santa Clara Fundão – Uma nova energia. Hoje vamos falar sobre os prejuízos do desmatamento.

Somente entre 1998 e 2002 o Brasil perdeu mais de 77 mil quilômetros quadrados de sua área verde. Para se ter uma idéia da destruição a área devastada é um pouco maior que os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe juntos. A região Amazônica é a que mais sofre. Cerca de 80% de sua exploração é feita de forma ilegal.

Desmatar significa alterar o clima, diminuir a biodiversidade, e ainda degradar o solo e os rios. Se você perdeu este informativo a próxima edição será às 15h. Fique ligado e até lá

Bom dia. Está no ar mais uma edição do Santa Clara Fundão – Uma nova energia.

Hoje vamos falar sobre Piracema. Todos os anos, entre os meses de outubro e março, é proibida a prática da pesca no Brasil. Isso devido ao fenômeno da piracema, período em que os peixes sobem até às cabeceiras dos rios para reprodução. Os peixes chegam até mesmo a nadar contra a correnteza para então desovar. O cidadão que não respeitar a proibição corre o risco de ser enquadrado na Lei de Crimes Ambientais estando, no mínimo, sujeito a pagar multa.

Se você perdeu este informativo a próxima edição será às 15h Fique ligado e até lá



Nacional do Charque, que acontece em Candói, todos os anos, teve um estande com a apresentação dos programas ambientais desenvolvidos e executados no Complexo Energético Fundão Santa Clara. Foram expostos banners e também a apresentação de um vídeo sobre o empreendimento. Mil mudas de árvores frutíferas nativas foram doadas, além de material informativo e gibis sobre ecologia.

O resultados dos dois programas foi comprovado com a relação da comunidade. Participante ativa das atividades ambientais da ELEJOR, Maria Dolores conta com detalhes como era na época:

“A gente abordava assuntos do meio ambiente, como o Dia da Árvore, os programas, mas também levava informações que tinham a ver com a realidade do local. A seca da Taquara, os ratos silvestres que chegavam normalmente as casas na área rural, questões ligadas à agricultura, etc. Quando os professores vinham para o curso de capacitação eles contavam que tinham ouvido, tiravam dúvidas e comentavam. Recebemos até e-mails de escolas perguntando sobre os temas. Uma prova de que realmente o programa de Comunicação Social conseguiu chegar até a comunidade”.

Plano Diretor do Reservatório

Para normatizar o uso das águas dos reservatórios e do entorno de usinas hidrelétricas, e otimizar os benefícios sociais e ambientais dos empreendimentos é elaborado um Plano Diretor do Reservatório. Para cumprir a legislação, o estudo e o plano de aproveitamento da área é feito para uma faixa mínima de mil metros, a partir da cota máxima normal de inundação. O número compreende também os locais de barragem, instalações da casa de força, do canteiro de obras, entre outras obras para o funcionamento das usinas.



Para elaborar o Plano Diretor do Reservatório são seguidos alguns parâmetros, entre eles:

- cobertura Vegetal;
- transporte de solos;
- estabilidade dos taludes;
- controle do balanço hídrico;
- redução da erosão;
- vegetação ciliar;
- prevenção da contaminação por agroquímico;
- participação da população.

Com base nessas diretrizes foram diagnosticados as restrições, os conflitos e as potencialidades dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão. A área do entorno dos lagos foi considerada homogênea, formada na maioria por propriedades agropecuárias.

Um ponto da área de entorno precisou de atenção especial da equipe que planejou o projeto de ocupação dos reservatórios. Na margem esquerda do Rio Jordão, no município de Candió, existe uma fábrica de

papel. Uma pequena parte do empreendimento estava dentro da faixa de 100 metros destinada a Área de Preservação Permanente. A Santa Clara Pastas e Papéis Ltda gerava, na época, cerca de 120 empregos diretos na cidade, era responsável por uma parcela significativa do ICMS e ISS para o município e tinha um grande interesse social. “Com tantos fatores importantes, era imprescindível manter a fábrica. Conversamos com o órgão ambiental, que consentiu que, naquele ponto, a faixa de preservação permanente fosse de 30 metros. Assim, conseguimos manter o benefício à comunidade, aliado a manutenção do meio ambiente”, explica o engenheiro civil, Cesar Menezes, diretor da Consiliu Meio Ambiente & Projetos, responsável pelo Plano Diretor do Reservatório.

Como uso da área dos lagos do Complexo, foram apontados pelos técnicos da Consiliu Meio Ambiente & Projetos:

- Pequenos Lagos: alternativas viáveis para o gado.
- Povoamento Florestal: considerado de baixo impacto para o meio ambiente, se comparado a agricultura, o reflorestamento é uma alternativa para a auto-sustentabilidade da população.
- A represa: pode ser usada para a exploração do turismo.
- Estância Hidroclimática Santa Clara: localizada na margem direita do Rio Jordão, também pode ser usada para o turismo.
- Vegetação: além da diversidade biológica, a flora da região é rica e com grande beleza natural.
- Curvas do Rio Jordão: são áreas que possuem uma beleza cênica e guardam a nascente do rio.

Para tornar a área compatível com as potencialidades e respeitar o meio ambiente, foram definidos pré-requisitos gerais, como as áreas de reserva legal, o cumprimento de legislação para a retirada de alvarás e licenciamentos, o monitoramento constante dos órgãos ambientais, regras para a instalação de empreendimentos industriais e a proibição total da implantação de frigoríficos, matadouros, curtumes, refino de açúcar, extração de óleos vegetais, entre outras.

O projeto de uso do reservatório foi apresentado para o IAP, a Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público, prefeitos e técnicos dos municípios de Candió, Foz do Jordão e Pinhão, no dia 1º de julho de

2004. As informações serviram para que as autoridades pudessem conhecer melhor as idéias e os estudos feitos. A população afetada também teve a oportunidade de conhecer o projeto e tirar suas dúvidas sobre todo o projeto em Audiências Públicas.

Apoio e desenvolvimento aos municípios

A cargo da equipe responsável pelo meio ambiente da ELEJOR, o programa de apoio e desenvolvimento aos municípios influenciados pelo CEFSC, executou ações que visavam melhorar a qualidade de vida e gerar o desenvolvimento em Foz do Jordão, Candói e Pinhão.

Entre as atividades realizadas, estavam seminários de capacitação para professores e cursos. Mas a ação mais significativa para as comunidades locais foi a construção da ponte entre Candói e Pinhão.

A linha divisória entre os municípios é o Rio Jordão, com uma distância de 200 metros de margem a margem. Mesmo com um percurso tão pequeno, os moradores tinham que dar uma volta de 90 quilômetros para acessar a cidade vizinha, ou então, arriscar a travessia em canoa. Durante a obra da barragem de Santa Clara, a passagem de um lado a outro, era feita por uma balsa, mas servia somente para os operários e materiais da construção. A instalação da ponte serviu para reduzir a distância e facilitar a vida dos moradores.



Capítulo 3

Passado e Futuro marcados pelo Pioneirismo

A instalação do Complexo Energético Fundão Santa Clara trouxe novas ações que se tornaram referência em empreendimentos hidrelétricos. Alguns procedimentos utilizados resultaram não só benefícios para o meio ambiente local, mas também para outras áreas que receberam as atividades.

Como já foi citado no início deste livro, o pioneirismo da ELEJOR começou bem antes da obra com a exposição e o debate do EIA/RIMA com a comunidade. A ação mostra o quanto a empresa estava preocupada em ouvir os parceiros e abrangidos pelo empreendimento.

Além de cumprir a legislação sobre o reflorestamento da Área de Preservação Permanente, a ELEJOR e os técnicos responsáveis cercaram o perímetro, com 110 metros de extensão, para que o gado não tivesse acesso ao local. O trânsito de animais pela região que foi replantada pode impedir que as mudas brotem e cresçam, assim como também são usadas como fonte de alimento do gado. Protegê-las, garantiu que em pouco tempo a área em torno dos reservatórios de Santa Clara e Fundão estivessem verdes novamente.

Manter as cercas erguidas e a APP protegida é um trabalho árduo. Em vários locais, a fiscalização feita pela Copel, que opera as usinas, verifica que há cortes e palanques no chão, liberando espaço para a passagem do gado. O que cabe a ELEJOR é, além de reparar o que foi degradado, tentar conscientizar o produtor rural que a liberação da área para o animal traz prejuízo ao meio ambiente e até a propriedade dele.

Sem a preservação da mata nas encostas o solo pode sofrer processos erosivos. A degradação da terra é progressiva e prejudica a qualidade da água e provoca o assoreamento da represa.

A ELEJOR também está com o pensamento no futuro e na sustentabilidade. O Complexo Energético Fundão Santa Clara é o primeiro empreendimento hidrelétrico no Brasil a receber certificação para negociar créditos de carbono.

A Organização das Nações Unidas – ONU – homologou em junho de 2008, o processo de reconhecimento das UHes Santa Clara e Fundão como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). De acordo com as leis que regem o comércio dos créditos de carbono, os empreendimentos evitam o lançamento de poluentes e de gases na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa. Por produzem eletricidade de maneira limpa e de forma absolutamente sustentável, as usinas do Rio Jordão cumularão créditos que têm valor no mercado. A comercialização irá corresponder em uma receita anual de R\$ 10 milhões, ao longo de 21 anos.

O atestado da ONU indica que o planejamento, a estruturação, a construção e a produção das UHes Santa Clara e Fundão atenderam as determinações do Protocolo de Kyoto. A certificação abriu um novo precedente para as obras do Paraná. O Complexo Energético Fundão Santa Clara passou a ser uma referência em sustentabilidade e uma diretriz para o desenvolvimento aliado às políticas de preservação socioambiental.





Capítulo 4

Do Paraná para todo o Brasil

Desde que o Complexo Energético Fundão Santa Clara entrou em funcionamento, a manutenção, segurança e operação das duas usinas está sob a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). A empresa é conhecida nacional e internacionalmente por sua competência na implantação e no gerenciamento de unidades energéticas por todo o Paraná.

Para os municípios de Cândói, Pinhão, Foz do Jordão e Guarapuava, o Complexo Energético Fundão Santa Clara representou uma nova fase de desenvolvimento. Durante a obra, os investimentos em infraestrutura e a geração de emprego contribuíram para o aquecimento da economia local. Após concluído todo o Complexo, a ELEJOR passou a repassar às cidades, um valor significativo como Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica, que são investidos pelas administrações municipais em benefício das comunidades.



As ações responsáveis no meio ambiente tornam o Complexo Energético Fundão Santa Clara em uma referência de desenvolvimento sustentável. O sucesso do trabalho é fruto de uma união e relação entre os programas ambientais. Cada análise, cada dado coletado, serviu de alguma maneira como base para outra atividade realizada, mostrando que o trabalho em equipe surtiu o melhor efeito da obra: o comprometimento com o meio ambiente.

A relação do empreendimento com a comunidade mostra o respeito da empresa paranaense com a população. Mais que gerar energia, a ELEJOR tem um compromisso com o futuro e com as próximas gerações.



Realização

